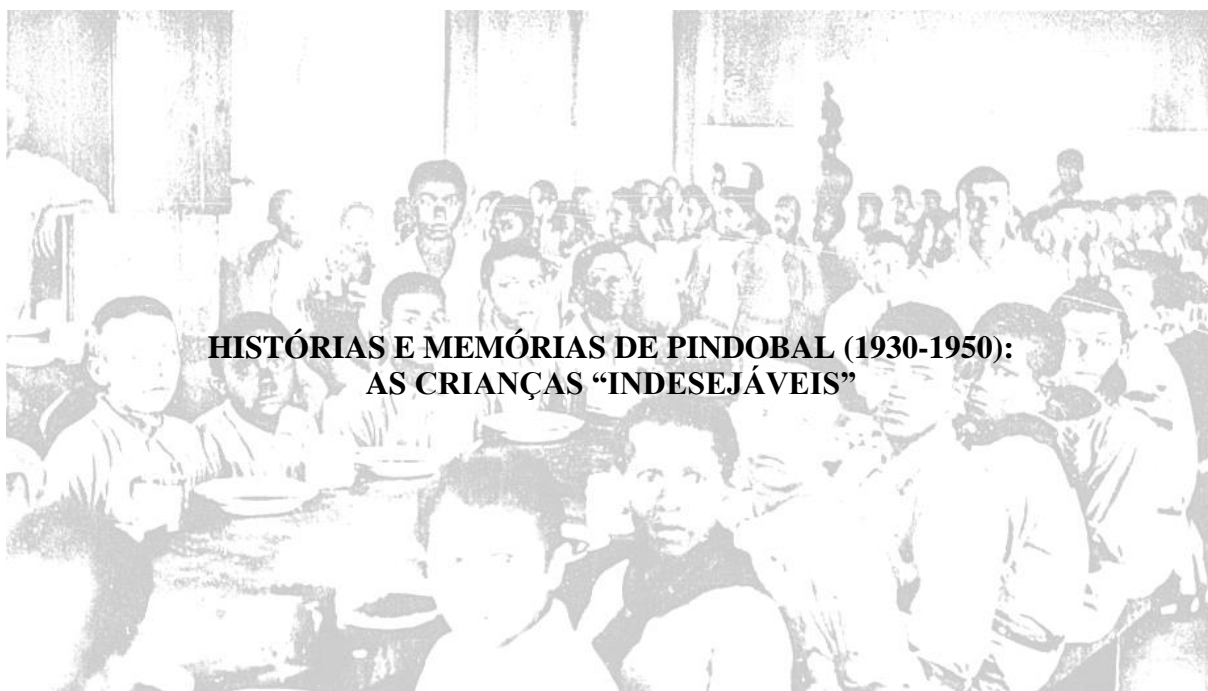


**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA – EDUCAÇÃO DO CAMPO**



**HISTÓRIAS E MEMÓRIAS DE PINDOBAL (1930-1950):
AS CRIANÇAS “INDESEJÁVEIS”**

GABRIEL ALVES DO NASCIMENTO

JOÃO PESSOA

2019

GABRIEL ALVES DO NASCIMENTO

**HISTÓRIAS E MEMÓRIAS DE PINDOBAL (1930-1950):
AS CRIANÇAS “INDESEJÁVEIS”**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Licenciatura em Pedagogia –
Educação do Campo, UFPB.

Orientador: Prof. Dr. Charliton José dos Santos
Machado.

JOÃO PESSOA/ PB

2019

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

N244h Nascimento, Gabriel Alves do.

Histórias e Memórias de Pindobal (1930-1950): As
Crianças Indesejáveis / Gabriel Alves do Nascimento. -
João Pessoa, 2020.

70 f. : il.

Orientação: Charliton José dos Santos Machado.
Monografia (Graduação) - UFPB/Educação.

1. Pindobal. 2. Memória. 3. Escola Rural. I. Machado,
Charliton José dos Santos. II. Título.

UFPB/BC

**COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA
ÁREA DE APROFUNDAMENTO EM EDUCAÇÃO DO CAMPO**

ATA DE AVALIAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

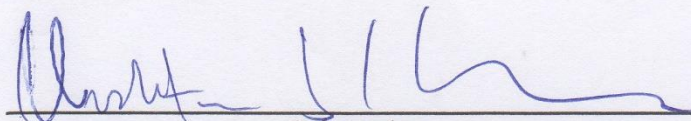
Ao dia 03 do mês de dezembro do ano de 2019, às 14:00 horas compareceu perante a Banca Examinadora o aluno: **Gabriel Alves do Nascimento** autor do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC intitulado: HISTÓRIAS E MEMÓRIAS DE PINDOBAL (1930-1950): CRIANÇAS “INDESEJÁVEIS” DO CAMPO, sendo a Banca Examinadora constituída pelos professores: Eduardo Antônio de Pontes Costa e Maria Lúcia da Silva Nunes. Orientador e Presidente da Banca Charliton José dos Santos Machado.

1º examinador: Prof. Dr. Eduardo Antônio de Pontes Costa

2º examinadora: Profa. Dra. Maria Lúcia da Silva Nunes

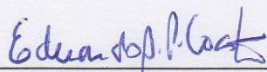
O presidente da Banca Examinadora dirigiu os trabalhos e, após as formalidades de praxe, convidou o candidato a discorrer sobre o conteúdo da sua Monografia. Concluída a explanação, o candidato foi arguido pela Comissão Examinadora. Em seguida, a referida comissão reuniu-se para deliberar e atribuir à menção APROVADO, como nota 10,0. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão e, para constar, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada por mim e pelos demais membros da Comissão Examinadora.

Observações:



Orientador

Prof. Dr. Charliton José dos Santos Machado



1º Examinador

Prof. Dr. Eduardo Antônio de Pontes Costa



2º Examinadora

Profa. Dra. Maria Lucia da Silva Nunes

AGRADECIMENTOS

Dedico este trabalho a todas e todos que contribuíram para a minha formação humana e científica. A todas aquelas e aqueles que estenderam a mão nos momentos adversos da vida. Este trabalho é fruto de uma rede de amigos, familiares e pessoas que estiveram e estão presentes em minha vida.

As forças invisíveis que me conduziram a ser quem eu sou hoje, acreditando que nossas vidas são guiadas por energias que nos abraçam e nos traçam o caminho que devemos percorrer, essa energia que no cristianismo ocidental é conhecida como Deus, ser invisível repleto de amor, reciprocidade e luta, agradeço a acolhida nesse mundo.

A minha mãe Eliane Alves todo carinho, respeito e admiração. Mulher forte que, com garra e determinação, precisou colocar comida na mesa sozinha, doou tempo, dedicação e muitas palavras de conforto para me tornar o homem que sou hoje. Você, mãe, foi minha primeira professora, mesmo com pouco estudo regular, possuía uma tremenda sabedoria ancestral. A você desejo todo amor desse mundo, agradeço a acolhida em seus braços e dedico este trabalho.

Ao meu irmão Gustavo Alves, com quem aprendo a ser mais compreensível e carinhoso, a escutar mais e a ser um ser mais humano. A nossos encontros e desencontros da vida, a nossas birras e nossos embates; esses são frutos dos sentimentos que gestamos um para com o outro. Sou só gridão pela tua existência.

A minha companheira de vida Aline Rodrigues, mulher forte e persistente, agradeço por todos os aprendizados, por todas as palavras de incentivo, alegrias, angústias e sonhos partilhados. Você, meu amor, é um grande ser iluminado que traz à minha vida a necessidade de me visitar constantemente. Você, Aline, é a mulher que me diz que sou incompleto hoje e continuarei sendo amanhã, que me afirma a capacidade de conquistar todos os sonhos que acredito serem inalcançáveis. Agradeço pelo companheirismo e pela vida que estamos construindo.

Ao nosso filho Luiz, que está sendo gestado e amado. Filho, ainda não nos conhecemos, mas já tenho profundo amor por ti. Este trabalho, produzido de forma apressada por conta da sua chegada, tem muito de você, mesmo sem você saber. Espero, meu filho, que você se torne um homem melhor que os homens da minha geração, que seja sensível, carinhoso, recíproco e verdadeiro. Que lute em defesa dos injustiçados e das causas sociais, que se indigne frente à

toda e qualquer injustiça cometida no mundo, espero que você seja inteiramente humano com todas as qualidades e fraquezas possíveis.

Dedico, também, ao meu orientador professor Dr. Charliton Machado que, através de suas palavras de incentivo, fez com que nossas orientações e conversas fossem fecundas não apenas do ponto de vista produtivista, mas muito mais da relação em que construímos, fazendo com que germinasse um sentimento de profunda admiração e amizade que tenho por ti. Agradeço por todos esses anos de dedicação. O senhor é uma grande inspiração, é um homem à frente de seu tempo, incompreendido pela crítica, lutador das causas sociais e educador excepcional. Muito obrigado pela confiança!

A todos os meus amigos e amigas, Klebson, Maria, Kadydja, João Victor, Bia, Professor Rogério Bezerra, Yuri, Josilma, Carlos Alberto, agradeço a partilha da vida e os ensinamentos. Sou só gratidão por conhecê-los e por serem capazes de modificarem a minha existência. Vocês fazem parte da minha vida! Obrigado pelas palavras e pelo convívio diário!

A todos os professores que, de alguma forma, marcaram o meu caminho: Prof. Alexandre Magno, Prof. Eduardo Costa, Prof. Joseval Miranda, Profa. Maria Lúcia, Profa. Cristiane Ângelo, Profa. Andreia, Prof. Mariano, Profa. Socorro Queiroga, Prof. Luciano, Profa. Francisca, Profa. Socorro Xavier, Me. Hamilton, todos vocês fizeram parte da minha vida e da minha formação. Agradeço o tempo dedicado e todos os ensinamentos.

Agradeço ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva por todas as lutas travadas em seus mandatos e pelas conquistas sociais alcançadas. Sou fruto do Bolsa Família e dos milhões de brasileiros que estavam abaixo da linha da pobreza, graças a políticas de incentivo que o seu governo promoveu, pude fazer meu ensino médio no Instituto Federal de Ciência e Tecnologia da Paraíba e pude ingressar na UFPB. Sou só gratidão! Saiba que somos milhões de brasileiros que te admiram e estão contigo nesses tempos sombrios.

Portanto, este trabalho tem as marcas de cada um de vocês que fizeram e fazem parte da minha vida, que contribuíram e contribuem para a minha formação. Todas as minhas conquistas são muito menos individuais e muito mais coletivas, pois foram vocês que acreditaram em mim e que me ajudaram a alcançar meus objetivos. Obrigado por tudo!

“Os historiadores (e, de outra maneira,
também os poetas) têm como ofício
alguma coisa que é parte da vida de todos:
destrinchar o entrelaçamento de
verdadeiro, falso e fictício que é
a trama do nosso estar no mundo.”

(GINZBURG, 2007, p. 14)

RESUMO

Este trabalho resulta de inquietações provocadas durante o curso de Pedagogia com área de aprofundamento em Educação do Campo, como também de três anos de Iniciação Científica, ao pesquisar temas relacionados à História da Educação brasileira e paraibana. Temos o objetivo de problematizar a história e a memória educacional da Escola Profissional Presidente João Pessoa (Pindobal), a partir das narrativas contidas nos impressos e documentos institucionais de 1930 a 1950. A metodologia é de caráter documental sócio-histórico (RODRIGUES; FRANÇA, 2010), de base qualitativa (BOGDAN; BIKLEN, 1994), focalizando o texto impresso como principal campo investigativo. A pesquisa apoia-se em alguns elementos do paradigma indiciário (GINZBURG, 2007), visualizando as fontes impressas repletas de subjetividade e de contornos a serem percebidos e questionados. Ao focalizarmos o documento impresso como principal fonte de pesquisa, evocamos a necessidade de dialogar sobre a Nova História Cultural (CHARTIER, 1990), compreendendo o alargamento do conceito das fontes e sua utilização. Nesse sentido, o estudo desenvolve-se acerca do conceito de Escola Rural, perpassando por questões sobre a infância pobre do campo, ao dialogar sobre os sujeitos e as práticas educacionais de Pindobal, que tem a missão de retirar das ruas os chamados “jovens transviados da sociedade”, encarregando-se do ensino “útil e mecânico” através da formação agrícola. Portanto, a partir dos impressos catalogados, carregados de indícios que desvelam sujeitos e práticas educativas, e amparados pelos referenciais teóricos que trazemos à tona, destacamos que a instituição é responsável por uma ação educativa pautada nas práticas correccionais, pensadas pela ótica da moral e do civismo para a garantia de corpos disciplinados.

Palavras-chave: Pindobal. Memória. Escola Rural.

ABSTRACT

This work is the result of researches provoked during the Pedagogy course with deepening area in Rural Education, as well as three years of Scientific Initiation, when researching themes related to the History of Education in Brazil and Paraíba. We aim to problematize the history and educational memory of the Vocational School President João Pessoa (Pindobal), from the narratives contained in the institutional and print documents from 1930 to 1950. The methodology is the socio-historical documentary character (RODRIGUES; FRANCE, 2010), of qualitative basis (BOGDAN; BIKLEN, 1994), focusing the printed text as the main investigative field. The research relies on some elements of the indicative paradigm (GINZBURG, 2007), visualizing printed sources full of subjectivity and contours to be perceived and questioned. By focusing on the printed document as the main source of research, it evokes the need for dialogue about the New Cultural History (CHARTIER, 1990), understanding the broadening of the concept of sources and their use. In this sense, the study developed about the concept of Rural School, addressing issues about poor rural childhood, to dialogue about subjects and educational practices of Pindobal, whose mission is to remove from the streets the so-called "young people misled from society", engaging in "useful and mechanical" teaching through agricultural training. Therefore, from the cataloged printouts, loaded with evidence that develops subjects and educational practices, and supported by the theoretical references that bring out, we emphasize that the institution is responsible for an educational action based on corrective practices, thought from the perspective of morals and civism to guarantee disciplined bodies.

Keywords: Pindobal. Memory. Rural School.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	9
2 O MANUSEAR DAS FONTES: ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS.....	14
2.1 A História Cultural junto à análise das fontes.....	17
2.2 O Paradigma Indiciário e sua materialização	22
3 INSTITUIÇÕES RURAIS E INFÂNCIA POBRE NA PARAÍBA DE 1930.....	28
3.1 As Instituições Rurais na Paraíba: o ensino "útil" às classes desviantes.....	32
3.2 As crianças “indesejáveis”: Infância pobre e marginalizada.....	41
4 ESCOLA PROFISSIONAL PRESIDENTE JOÃO PESSOA: O SURGIMENTO DE UMA INSTITUIÇÃO "REGENERADORA"	46
4.1 Sujeitos internos: os menores "transviados" da sociedade.....	54
4.2 Escola Profissional Presidente João Pessoa (1950): Narrativas do <i>O Norte</i>	57
5 CONSIDERAÇÕES.....	65
REFERÊNCIAS.....	67

1 INTRODUÇÃO

A investigação que sugerimos neste TCC parte de minhas inquietações enquanto pesquisador de Iniciação Científica que, durante a Graduação em Pedagogia com área de aprofundamento em Educação do Campo, deparei-me com alguns escritos no jornal *O Norte* sobre uma instituição “regeneradora”, a qual objetivava a instrução profissionalizante agrícola para os jovens pobres da sociedade, retirando-os das ruas e proporcionando-lhes um ensino “útil” voltado para o trabalho. Tal instituição, ainda hoje, ronda o imaginário das gerações passadas com a frase: “MENINO, ME OBEDEÇA OU VOU TE MANDAR PARA PINDOBAL!”.

O enunciado exposto acima é um fragmento de uma história pouco conhecida e repleta de “mitos” e “verdades”, a qual nos instiga a revisitar as fontes históricas, atribuindo-lhes significado, pensando o imaginário construído sobre a instituição ao longo de vários anos, pontuando sua criação como marco importante para analisar a sociedade paraibana da época e suas implicações. Nosso intuito não é de apresentar uma verdade preestabelecida dos fatos e, muito menos perpetuar o ideário hegemônico sobre o objeto pesquisado, mas temos o compromisso ético, partindo de bases científicas, de apresentar as múltiplas facetas da instituição, superando a dicotomia entre seus “mitos” e suas “verdades”.

Sendo assim, nosso objetivo é problematizar a história e a memória educacional da Escola Profissional Presidente João Pessoa (Pindobal), partindo das narrativas contidas nos impressos e documentos institucionais de 1930 a 1950. A escolha pelo recorte temporal é de caráter metodológico e conceitual, pois o período de 1930 é demarcado pela criação das escolas rurais na Paraíba, através das políticas públicas implementadas por Getúlio Vargas e desenvolvidas pelo intelectual paraibano e inspetor do ensino de João Pessoa, Sizenando Costa. Esse recorte também reflete o período estudado durante a coleta de dados em três anos de pesquisa, desenvolvida no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), com o projeto intitulado: “A educação e as educadoras nos jornais paraibanos do século XX: escritos de e sobre mulheres”, ancorado no plano de trabalho do jornal comercial do estado *O Norte*, e inserido no grupo de estudos e pesquisas História, Sociedade e Educação no Brasil – HISTEDBR-GT/PB.

Acreditamos que os objetivos específicos que propomos desenvolver são como “raios – cargas elétricas” que se entrelaçam e, para serem “criados”, dependem de água, cristais de gelo e granizo, desenvolvendo energia positiva e negativa ao se chocarem, de forma simplificada –,

dessa forma, assim como os raios que se entrelaçam com maior ou menor intensidade, também são as ações que discutiremos, pois elas se cruzam na medida em que a escrita é desenvolvida, dependendo de cada capítulo para sobreviver.

Dessa forma, os objetivos específicos são os seguintes:

- Utilizar as contribuições teórico-metodológicas da História Cultural e do Paradigma Indiciário como principais campos investigativos para o estudo;
- Discutir os conceitos de criança e jovem pobre, relacionados à criação das instituições rurais na Paraíba e de seus sujeitos;
- Analisar a história e a memória da Escola Profissional Presidente João Pessoa através das representações dos impressos e documentos institucionais.

O estudo tem como metodologia a pesquisa documental sócio-histórica (RODRIGUES; FRANÇA, 2010), de base qualitativa (BOGDAN; BIKLEN, 1994), tomando os impressos – periódicos de maior circulação do período – e, documentos institucionais – Mensagens Presidenciais da Paraíba, o Código de Menores (Decreto nº 5.083, de 01 de dezembro de 1926), o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932, como também o Decreto de nº 1.606, de 14 de novembro de 1929 e, regulamentado pelo Decreto. nº 1672 de 10 de junho de 1930, sobre a criação do Centro Agrícola de Pindobal – como principais fontes históricas. Utilizamos como aporte teórico-metodológico a História Cultural (CHARTIER, 1990), ancorando o estudo a partir da história de uma instituição específica, pela ótica da subalternidade, como local de produção de cultura, poder e subjetividade.

Ainda acerca dos aspectos metodológicos, utilizamos os seguintes acervos históricos paraibanos para desenvolver o estudo: o Instituto Histórico Geográfico da Paraíba (IHGP), a Fundação Casa de José Américo (FCJA) e a Fundação Espaço Cultural (FUNESC). Como também utilizamos a Biblioteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional (BNDIGITAL), todos com o intuito de localizar e registrar os escritos que se fazem presentes no trabalho.

Defendemos que o trabalho assume alguns elementos do paradigma indiciário (GINZBURG, 2007), pois fundamenta-se nos indícios de uma instituição pouco conhecida. Assim como adotamos a postura de visualizar os escritos em sua ótica investigativa, costurando os “retalhos” que surgiam sobre Pindobal em inúmeros periódicos, pois ao seguimos os “rastros” das fontes, desencadeiam-se inúmeras perguntas e estas questões vão tomando tessitura na medida em que buscamos os “rastros” e os “sinais” de um estabelecimento atravessado pelo antagonismo de ser “prisão” e “escola” direcionada aos pobres, partindo das

narrativas dos impressos que, por sua vez, são políticos e estéticos, sendo por muito tempo transmissores da “verdade”, e confrontando as informações com as fontes institucionais é que vamos delineando o objeto pesquisado.

A Escola Profissional Presidente João Pessoa possuiu muitos nomes, os quais aprofundaremos no último capítulo. Instituição idealizada a partir do governo do Presidente João Pessoa e criada em 1930, no município de Mamanguape/PB, com a finalidade de corrigir os jovens desviantes da sociedade, os chamados “menores desocupados”, dando-lhes acesso ao ensino profissionalizante agrícola. Destacamos que durante o período de 1930, emerge uma concepção sobre o papel das instituições rurais, com o intuito de desenvolver um projeto de nação, baseado no ensino agrícola – em especial na Paraíba. Pindobal é a segunda instituição possuidora da mesma configuração – escola profissional e espaço correcional –, no Estado paraibano, já que a primeira seria o Patronato Vidal de Negreiros, criado em 1924, no município de Bananeiras/PB.

Algumas questões tomaram corpo durante o processo de pesquisa e de escrita deste trabalho, e problematizam estas linhas, são elas: De que forma os jovens pobres eram vistos socialmente em 1930? Como o conceito de infância pobre está relacionada a uma ideia de criminalidade? As instituições rurais da Paraíba possuem qual função social? Qual seria a função social pensada para a Escola Profissional Presidente João Pessoa, no momento de sua criação? A Escola Profissional Presidente João Pessoa, a partir de suas práticas vinculadas nos impressos, é caracterizada como espaço educativo ou correcional? Tais indagações estão presentes no trabalho e estão conectadas aos próximos capítulos.

Compreendemos que as hipóteses são marcas dos trabalhos positivistas, pois defendem suas pesquisas no caráter da verdade absoluta, entretanto, em nosso caso, utilizaremos como um caminho que decidimos percorrer ao analisarmos as fontes. Portanto, pensamos a seguinte hipótese para este trabalho: A criação da Escola Profissional Presidente João Pessoa atendia aos interesses do movimento de interiorização educacional, defendida pela elite intelectual e política brasileira, com práticas que versavam entre o “ensino rural” e espaço correcional, na qual, atribuímos como: retirada das crianças “indesejáveis” da rua, efetivando uma política para o desenvolvimento econômico e social, em curso na Paraíba, no período de 1930, dessa forma, evidenciamos que os escritos vinculados nos impressos apresentam algumas justificativas sobre a criação da instituição, como, por exemplo para retirar das ruas os “menores abandonados, delinquentes e anormais” para que, assim, a sociedade pudesse transitar em paz.

Nesse sentido, o trabalho, intitulado “*HISTÓRIAS E MEMÓRIAS DE PINDOBAL (1930-1950): CRIANÇAS “INDESEJÁVEIS” DO CAMPO*” está estruturado em quatro capítulos.

Esse capítulo inicial, tem o intuito de situar a investigação no campo da História da Educação, ao pontuar as inquietações em torno do nosso objeto de estudo, a justificativa para sua escolha, a relevância da pesquisa para a área, bem como delimitar a problemática para construção dessa monografia. Ainda, este capítulo trata de apresentar os objetivos e a parte teórico-metodológica utilizados. E, por fim, apresentamos alguns elementos da instituição pesquisada, definindo o lócus a ser pesquisado e alguns questionamentos em torno dos sujeitos.

No segundo capítulo, apresentaremos as contribuições da História da Educação para o estudo, compreendendo a História Cultural (CHARTIER, 1990) como importante campo teórico-metodológico, que, por sua vez, estão imbricados, pois o procedimento/técnica não deve dissociar-se das utopias/ideias de um estudo, já que se fundamentam na medida em que são utilizados e questionados pelo pesquisador, discutiremos sobre as fontes históricas e sua utilização para a pesquisa, abordando a análise documental sócio-histórica atrelada a uma concepção mais ampla sobre a pesquisa documental.

Ainda nessa seção, abordaremos elementos do Paradigma Indiciário (GINZBURG, 2007) na constituição deste trabalho, pois partimos dos “sinais” para ir ao encontro dos fenômenos. Desse modo, lançamos os sentidos da leitura atenta para as fontes como uma postura dialética entre ser e estar no mundo, entre o pesquisar e o questionar, que são frutos constitutivos de toda e qualquer postura humana. Assim, os rastros que seguimos não são lineares, nem exponenciais, podemos caracterizar como marcas e signos de uma instituição pouco conhecida e que, é atravessada pelo imaginário social de ser uma espécie de “prisão” de crianças em situação de rua e rotulados como “delinquentes e anormais”.

No terceiro capítulo discutiremos o surgimento das escolas rurais na Paraíba de 1930, levando em consideração os aspectos econômicos do setor agrário paraibano – caracterizado pela atividade agropastoril. As instituições de ensino do campo voltam-se para uma instrução relacionada aos processos agrícolas para o trabalho. Nessa direção, apresentaremos o intelectual Sizenando Costa, responsável por defender a interiorização das escolas, pensando em instituições agrícolas que fossem capazes de oferecer o ensino profissionalizante a esses sujeitos.

Posteriormente, discutiremos sobre o conceito de infância de pobre, pontuando os sujeitos do campo, compreendendo este espaço como território físico de exploração econômica,

local ausente de políticas públicas para a infância e adolescência da época e principalmente a influência dos processos migratórios do campo para o urbano como principal “problemática” para a implementação das instituições rurais. Sendo assim, apontaremos quem são as crianças pobres deste lugar e qual política pública começaria a ser desenvolvida pelo Estado para esse público, relacionando o movimento da Escola Nova e do Código de Menores de 1927.

Em seguida, visualizamos as crianças e adolescentes em situação de rua e vulnerabilidade social, entendendo como estes sujeitos passariam a ter alguns direitos garantidos com o Código de Menores de 1927. Ao dialogar sobre este documento, apontamos a criança do campo relacionada às instituições rurais, vinculada à uma educação para o trabalho e, no caso de Pindobal, existia ainda, a especificidade de estar permeada entre as práticas do ensino profissional e da instrução para a correção.

O quarto capítulo é dedicado à análise das fontes sobre a Escola Profissional Presidente João Pessoa. Neste serão apresentados o decreto de sua criação, a estrutura física e a função social que foi pensada para a instituição. Além disso, debateremos acerca dos conceitos de espaço educativo, espaço correccional e escola profissionalizante para que possamos definir qual ou quais dessas concepções orienta ou orientam as práticas de Pindobal, tendo em vista a dificuldade de conceituar tal instituição.

Posteriormente, utilizaremos as narrativas encontradas nos impressos sobre a instituição, pensando os periódicos como agentes políticos que difundem uma ideia ou concepção de sociedade a partir de suas páginas e que se consideram redentores da “verdade”. Analisar tais escritos leva-nos a pensar sobre a identidade que a sociedade da época estava formulando sobre Pindobal e sobre a infância pobre.

Dessa forma, acreditamos que o presente estudo contribui para pensar a História da Educação paraibana, em especial da Escola Profissional Presidente João Pessoa, como um espaço de “despejo” das crianças “indesejáveis” do campo, pois tal instituição detinha a missão de retirar das ruas as crianças “desocupadas” para que elas fizessem parte de um projeto de nação desenvolvido à época, incumbindo às crianças do campo o trabalho na terra para que pudessem contribuir no processo econômico no Estado brasileiro.

2 O MANUSEAR DAS FONTES: ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

A construção de um estudo histórico é demasiadamente complexa. Os historiadores costumeiramente deparam-se com as inconsistências das fontes, com as formas sinuosas que suas análises apresentam e, principalmente, com a tenuidade entre o que é verdadeiro e falso. Nesse sentido, o intuito deste capítulo é utilizar as contribuições teórico-metodológicas da História Cultural e do Paradigma Indiciário como principais campos investigativos, pois defendemos que é possível os pesquisadores das ciências humanas – não apenas historiadores de profissão, bacharéis e licenciados em história –, assumirem em suas pesquisas a organização historiográfica como principal campo analítico.

Durante a passagem do homem na terra, os sujeitos lidam com a história e com os seus artefatos de diversas maneiras. Distintas comunidades e sociedades ao longo dos anos desenvolveram inúmeros processos de investigação histórica. Apresentaremos, de forma sucinta, a “história da história” e como os pesquisadores concebiam suas fontes e advogavam sobre o seu trabalho, entendendo que o significado da palavra história é de “[...] origem grega, que significa investigação, informação.” (BORGES, 2006, p. 13).

O ato de investigar parte sempre das perguntas que fazemos diante das coisas, nem sempre preocupados com a resposta que poderia estar por vir, mas no intuito de questionar o mundo que nos rodeia. Durante a constituição das sociedades primitivas, mesmo antes do processo da escrita, temos o exemplo do mito¹, em que os povos atribuíam significados acerca da criação da vida através de sua história sagrada,

O sentido de totalidade que o mito se refere é constitutivo do próprio ser humano, desde a mais primitiva afirmação da sua humanidade e apresenta-se como a condição de possibilidade de toda experiência humana. Eis também porque nenhum saber sobre o mito o esgota totalmente. (PERINE, 2002, p. 47-48).

O saber que surge e é contado através das tradições orais e das escritas rudimentares é uma história repleta de sentidos e significações. Misturam-se as crenças e os valores, de contos sobre o dia e a noite, do nascimento e da morte, dentre outros. Podemos dizer que, no século V a.C, os sujeitos explicavam a vida a partir dos fenômenos da natureza e de sua relação com o universo. Sobre os fatos mitológicos, destaca-se, ainda, a relação de continuidade ou de

¹ Relato oral protagonizado por seres que encarnam forças da natureza para explicar a origem da vida.

temporalidade, cuja sequência refere-se sempre a um tempo sem datas, pois é visto em muitas sociedades como cíclico e infinito.

O mito e o mítico misturam-se nas sociedades gregas, e o aparecimento do ato de historiar nasce junto à filosofia com Hecateu de Mileto (Século V a.C.). Este diz que vai escrever o que acha ser verdade, pois as lendas parecem ser muito grotescas (BORGES, 1993). A racionalidade, então, ganha força, e Heródoto inicia o processo de investigação histórica como profissão. Partindo da relação entre a fé e a racionalidade, os estudos históricos foram se constituindo por inúmeras sociedades.

A dicotomia entre fé e razão durante o processo historiográfico vem se forjando até os dias de hoje. Os pesquisadores positivistas acreditam que o trabalho histórico é o de apresentar a verdade e, para isso, é preciso que as fontes sejam documentos oficiais, datados e selados, devendo ser comprovada a sua autenticidade. Desse modo, percebemos,

[...] a partir da segunda metade deste século XX, que a história que fica escrita é sempre marcada pela visão, pelos desejos, pelos interesses da chamada “classe dominante”. Qualquer sociedade sempre se estrutura em diferentes grupos ou classes, uma das quais detém o poder político, o poder econômico e o prestígio social. (BORGES, 1993, p. 43).

Assim, como aponta Borges (1993), o estudo histórico é desenvolvido dentro das estruturas políticas de poder. O ato de historiar passa a ser desenvolvido através de fontes produzidas pelo próprio Estado. Contudo, acreditamos que tal conceito é ultrapassado e não considera todos os âmbitos da vida cotidiana, pois prioriza a visão da classe dominante acerca dos fatos. Dessa forma, falar de pesquisa histórica é discorrer sobre relações de poder e saber entre quem produziu o fato e quem é o produto desta verdade,

[...] vemos que a história nunca foi escrita sob a ótica dos escravos da Antiguidade ou dos servos medievais, mas somente sob a dos cidadãos livres da Grécia e de Roma e dos senhores feudais sob a orientação da igreja; finalmente, viu-se a história escrita sob a ótica da burguesia, em suas inúmeras configurações, em diferentes e múltiplos caminhos que nos mostram uma sociedade cada vez mais complexa e da qual possuímos cada vez mais documentação. (BORGES, 1993, p. 44-45).

Sendo assim, o conceito de fontes que utilizamos supera a relação de poder entre documento dito verdadeiro, produzido por instituições de poder, e aqueles produzidos socialmente por sujeitos comuns. Segundo Lombardi (2004), “[...] desde tempos imemoriais os homens produziram (e ainda produzem) artefatos, documentos, testemunhos, monumentos,

entre outros, que tornam possível o entendimento do homem sobre sua própria trajetória.” (p. 155-156). Dessa forma, defendemos que as fontes são múltiplas, rompendo com a noção restrita da historiografia tradicional, podendo ser objetos e fontes de análise histórica os diários, os mapas, os relatórios, os periódicos, as obras de arte, as ferramentas, as cartas e relatos orais, cabendo ao pesquisador escolhê-los de acordo com o objeto a ser pesquisado.

Sabemos que a abordagem a qual utilizamos aceita a história dos indivíduos em uma visão do todo, pensando a história em sua ótica econômica, social, política e educacional. Dessa forma, a Nova História Cultural sugere que partamos dos impressos e transitemos junto aos documentos oficiais, pois,

[...] os historiadores da educação têm se debruçado sobre novas fontes de pesquisa, procurando encontrar registros, no tempo passado, sobre os caminhos percorridos pela história da educação. A imprensa, sem dúvida, tem se configurado como uma dessas novas fontes [...]. (ARAÚJO; SCHELBAUER, 2007, p. 07).

As fontes e sua utilização, remetem-nos à palavra *manuseio*² contida no título desta seção. Essa palavra refere-se ao ato de pegar com ajuda das mãos. É a forma regressiva de manusear algo. Tratamos, neste capítulo, de apontar este procedimento analítico das fontes, entendendo que não é apenas técnico e procedimental, e sim muito mais atitudinal e político³, defendido pelo cientista diante do objeto a ser pesquisado.

A história que expressamos está relacionada à ideia de agir sobre a vida, de ser e estar com, sobre e no mundo, acreditando nos homens e mulheres como seres históricos, que constroem conhecimentos e os superam. Dessa maneira,

Para se fazer parte da História é preciso que se compreenda a nossa própria presença no mundo e o papel que cabe a cada um de nós dentro da sociedade. A História é vista como uma possibilidade, na qual o ser humano pode exercer sua aptidão, saberes e suas experiências que fazem parte de sua capacidade de organizar, observar, conhecer e analisar, para poder modificar seu contexto. (STRECK; REDIN; ZITKOSKI, 2016, p. 206).

O trabalho historiográfico não se trata de imortalizar o passado, mas tem o compromisso de agir sobre o presente (PRIORE, 1997). A vida, assim como a morte, é um caminhar de

² Significado do termo segundo o dicionário online (MANUSEIO, 2019).

³ Referimo-nos às utopias e crenças que o pesquisador defende. Não está limitado à interpretação partidária de determinado fenômeno.

incertezas, repleto de *firos vermelhos*⁴ que se entrelaçam, esticam ou dão nós, mas nunca se rompem. Assim é o trabalho com as fontes: elas te levam a inúmeros lugares, a uma viagem no tempo repleta de significados, de marcas e de conceitos que, muitas vezes, o pesquisador nunca poderia alcançar em sua completude. Tempos que deixam para trás objetos e signos que podem ser lidos e interpretados pelas gerações futuras.

Portanto, as contribuições históricas que pretendemos suscitar partem da premissa de que história e historicidade estão em movimento, pois “há uma historicidade da história que implica o movimento que liga uma prática interpretativa a uma práxis social” (LE GOFF, 1984, p. 159). Sendo assim, as próximas linhas tratam de pontuar a escolha pela História Cultural e pelo Paradigma Indiciário como uma posição frente à análise dos dados e, principalmente, como uma postura dialética diante do mundo.

2.1 A História Cultural junto à análise das fontes

Reacende na pesquisa histórica a necessidade de associar os estudos marxistas/estruturalistas à ação humana individual, levando em consideração a subjetividade de grupos sociais como fatores consideráveis para as análises de dados históricos. Pois, durante muito tempo os estudiosos do pensador Karl Marx, utilizando de sua obra *O Capital*, conferiam a seus estudos apenas as relações de poder entre classes, já que o “[...] materialismo histórico dialético atribuiu o sentido da história às lutas entre as classes sociais dominantes e as classes dominadas, opondo-se ao liberalismo” (JANOTTI, 2005, p.11). Nesse sentido, é importante pensarmos se as contribuições de Marx devem ser tidas como fundamentos imutáveis ou ser incorporadas a novos estudos sobre os sujeitos e a sociedade.

A teoria marxista é extremamente importante para compreendermos as relações de poder classistas, mas não dá conta de explicar sozinha a complexidade das relações humanas e institucionais entre Estado e Povo. (RODRIGUES; FRANÇA, 2010). Partindo dessa necessidade de conceber os estudos históricos, atravessados pela concepção estruturalista imbricada nas relações individuais, e compreendendo a subjetividade como campo de investigação, nasce a História Cultural.

⁴ A lenda do fio vermelho está presente na cultura japonesa, a qual acredita que todas as decisões humanas estão entrelaçadas por um fio invisível conectando as pessoas através do tempo e do espaço.

Numa direção de renovação historiográfica, a História Cultural tem o compromisso de conceber os estudos historiográficos com as marcas das estruturas de poder de cada sociedade, alinhada ao desejo de indivíduos e grupos sociais, entendendo que,

O objeto da história, portanto, não são mais as estruturas e os mecanismos que regulam, fora de qualquer controle subjetivo, as relações sociais, e sim as racionalidades e as estratégias acionadas pelas comunidades, as parentelas, as famílias e os indivíduos. (CHARTIER, 1994, p. 98).

Essa abordagem historiográfica surge com a Escola dos *Analles*, a qual alguns historiadores questionam a imposição de pesquisa de caráter positivista.

Historiadores franceses, reunidos em torno da *Revista Annales*, fundada por Lucien Febvre e March Bloch em 1929, desenvolveram severas críticas à historiografia tradicional de inspiração positivista, episódica e fatual, propondo uma história de caráter globalizante, que fosse capaz de articular a História com as demais ciências sociais como a Sociologia, Antropologia e Economia. (RODRIGUES; FRANÇA, 2010, p. 58).

Esse campo teórico não mais utiliza a história da totalidade como uma verdade a ser apresentada, nem muito menos da história nostálgica, ressuscitando toda forma de existência de uma dada sociedade como algo imortal. (BORGES, 1993). De acordo com Machado (2006), a História Cultural rompe com os paradigmas da historiografia tradicional da análise dos grandes objetos, dos mártires e heróis, da luta de classes, do Estado e das grandes revoluções. Segundo Chartier (1990), a História Cultural reconfigura os estudos históricos em uma nova perspectiva, construída agora pelos de baixo, defendida como uma posição entre pesquisador e pesquisado em seu sentido dialético. Ainda, de acordo com Vieira (2015), a História Cultural é um importante campo para a história da educação, pois é a partir dela que os pesquisadores podem suscitar as trajetórias do pensamento educacional e a atuação dos intelectuais brasileiros.

A História Cultural ressignifica o conceito de fonte e de trabalho histórico, reorganizando o sentido da pesquisa documental, pois, por muitos anos, “[...] somente os documentos escritos e ou manuscritos eram considerados válidos para compreender o mundo e a vida dos homens em sociedade.” (RODRIGUES; FRANÇA, 2010, p. 55).

Relacionada à História Cultural, defendemos a pesquisa documental sócio-histórica, entendendo-a como procedimento/técnica possível de ser definida no presente trabalho, levando em consideração a subjetividade, e entendendo que,

A pesquisa documental impõe algumas exigências, o conhecimento de alguns procedimentos técnicos relativos à análise de discurso que devem ser seguidos. A “decifração” da língua em busca da produção do significado será essencial na reconstrução das trajetórias dos atores sociais, da sua “localização” social. Os documentos exigem atenção especial às condições em que foram produzidos. (RODRIGUES; FRANÇA, 2010, p. 64).

A análise do discurso delimitada na citação acima refere-se ao procedimento de apreciação dos dados coletados, atribui significado ao texto do outro, entendendo que determinado escrito é produto social e que sua produção implica nas relações entre o produtor do texto e o próprio escrito. “[...] o discurso, em sentido amplo, designa um modo de apreensão da linguagem, considerada como atividade de sujeitos inscritos em contextos determinados.” (RODRIGUES; FRANÇA, 2010, p. 65). Dessa forma, é importante estarmos atentos às significações de cada palavra descrita no texto, compreendendo seu posicionamento político e percebendo que cada escrito detém as marcas e os vícios de seu próprio tempo.

Nesse sentido, é importante o pesquisador compreender que a intenção de uma fonte é sempre política, e que, muitas vezes, quem a construiu seguia objetivos e estratégias próprias, segundo sua visão de mundo relacionada às estruturas dominantes. Os produtores dos textos impressos, por exemplo, estão inundados por uma forte tendência de impor ao outro sua visão de mundo. É importante destacar que, durante muito tempo, os periódicos detinham um sentido de “verdade absoluta” em suas publicações, pois o “[...] jornalismo se afirma como fala autorizada em relação à constituição do real. O discurso jornalístico se reveste da aura de fidelidade aos fatos, o que lhe confere considerável poder simbólico.” (BARBOSA, 2007, p. 151). Partindo sempre do dito e cabendo ao pesquisador identificar o não dito e suas lacunas para compreender a intencionalidade por trás dos escritos, entendemos que a análise histórica junto,

[...] ao documento deve desvelar elementos importantes em busca de elucidar a natureza do sentido e a ideologia que conectam o sujeito, produtor do discurso, ao tempo histórico do documento. A análise documental deve levar em conta: 1. O interdiscurso, entendido como a memória discursiva; 2. O intradiscurso: o eixo da formulação atual do discurso; 3. O jogo dos sentidos: a constituição, a formulação e a historicidade; 4. A paráfrase (o retorno aos espaços do dizer) e a polissemia (o deslocamento, ruptura de processos de significação). (RODRIGUES; FRANÇA, 2010, p. 66).

A partir desse procedimento, é possível pensarmos os motivos pelos quais a Escola Profissional Presidente João Pessoa possuiu outros nomes, como esses nomes advogavam a

uma concepção de *Nação* a partir de cada mudança e, principalmente, sobre a relação da concepção educacional diante dessas modificações.

As mudanças são detectadas na imprensa durante o processo de coleta dos dados e posteriormente na sua análise. Atribuímos, aqui, a importância dos escritos da imprensa como mediadores das concepções sociais do período pesquisado. Entendemos a utilização dos periódicos como fonte histórica capaz de visualizar os discursos, de modo a pensar suas representações. Ao partir da ideia “[...] de que é possível visualizar o passado de diversas maneiras, escolhemos o olhar que procura os indícios e os sinais que chegam ao presente.” (BARBOSA, 2007, p. 11).

A utilização da imprensa como campo de investigação está atrelada à História Cultural, pois a história da imprensa é capaz de elucidar as lacunas entre texto produzido e instituições que demarcam o que deve conter neste texto, compreendendo sua relação política e subjetiva do Editorial que produz a notícia e partindo do Estado, que é detentor das informações ditas oficiais e da sua relação com o mercado econômico, possuidor dos investimentos e das propagandas escancaradas.

Nesse campo de disputa, temos, em específico, os historiadores que se utilizam desse espaço para reafirmar a cultura hegemônica de determinada sociedade. Corroborando com essa ideia,

Há que se considerar que os estudos desenvolvidos sobre a questão histórica na imprensa no Brasil são, em grande medida, tributários de uma ideia de história linear, orientada e baseada em grandes feitos, singularidades, particularidades dos grandes personagens. A maioria dos estudos realizados adota uma visão que privilegia a ruptura, produzida por fatos marcantes, na qual a temporalidade linear e a sucessão de acontecimentos dão o tom da narrativa. (BARBOSA, 2007, p. 11).

A imprensa, assim como as fontes institucionais, é marcada por suas próprias posições, levando em conta o interesse para publicar determinada matéria. De certa forma, “[...] há que se perceber também o papel da imprensa como instituição de controle social, servida à própria estrutura de poder e agindo como veículo de manutenção da ordem vigente.” (BARBOSA, 2007, p. 17).

O movimento da imprensa brasileira tem suas peculiaridades, pois os periódicos acabam tornando-se um importante campo de veiculação da “verdade”, que assume posições, defendidas por jornalistas que acreditam ser a própria personificação do texto. Segundo Barbosa (2007, p. 158), o “[...] jornalismo é considerado um trabalho intelectual, [...] um processo

criativo próximo da arte, com fortes aproximações com a literatura. Outros vão mais além e acreditam no papel do jornalista como educador.”

Dessa forma, para a coleta das fontes, partindo da premissa da História Cultural, percorremos os seguintes acervos históricos: o Instituto Histórico Geográfico da Paraíba (IHGP), a Fundação Casa de José Américo (FCJA), a Fundação Espaço Cultural (FUNESC) e a Biblioteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional (BNDIGITAL), com o intuito de localizar e registrar as fontes que se fazem presentes nos próximos capítulos.

A fase da pesquisa de campo configurou-se pela ida aos acervos, fundamentalmente, identificando e selecionando as fontes que faziam parte e que respondiam ao objetivo geral do presente estudo. Nesse contexto, foram utilizados os seguintes procedimentos para a materialização do estudo: 1) Leitura e fichamento de obras acerca da História Cultural, da Imprensa, do Paradigma Indiciário, da infância do campo e das escolas rurais; 2) catalogação das fontes documentais; 3) identificação dos escritos; 4) análise e estruturação dos escritos; e 5) por fim, deu-se a transcrição e problematização de todo material pesquisado, culminando na escrita do presente trabalho.

Defendemos a perspectiva metodológica de base qualitativa, afirmando que,

[...] recorrendo à observação participante, à análise de documentos, à investigação sobre histórias de vida e às entrevistas em profundidade, os investigadores qualitativos tomaram seriamente em consideração atores sociais e categorias de comportamento previamente ignorados. (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p. 43-44).

Ao trabalharmos com uma história pouco conhecida, com atores sociais marginalizados, prezamos pelo alinhamento da pesquisa junto a fatos tidos como invisíveis. Desse modo, afirmamos o compromisso em desvelar as práticas da Escola Profissional Presidente João Pessoa com base nas fontes dos impressos e documentos institucionais para que possamos compreender a dimensão histórica, pedagógica, cultural e social do período de 1930 a 1950.

Portanto, acreditamos que a utilização da História Cultural como principal campo teórico-metodológico para o estudo dá conta de considerar as várias facetas de Pindobal, compreendendo as dimensões política, econômica e social do período. Dessa forma, a próxima seção, intitulada *Paradigma indiciário e sua materialização*, revela a postura que preconizamos durante a coleta dos dados e sua análise e como a influência do intelectual Carlo Ginzburg suscitou um olhar minucioso para os trabalhos historiográficos.

2.2 O Paradigma Indiciário e sua materialização

No passado, podiam-se acusar os historiadores de querer conhecer somente as “gestas dos reis”. Hoje, é claro, não é mais assim. Cada vez mais se interessam pelo que seus predecessores haviam ocultado, deixado de lado ou simplesmente ignorado.” Quem construiu Tebas das sete portas? – perguntava o “leitor operário” de Brecht. As fontes não nos contam nada daqueles pedreiros anônimos, mas a pergunta conserva todo seu peso. (GINZBURG, 2006, p. 11).

A epígrafe citada apresenta os contornos das novas pesquisas historiográficas. Poderíamos acreditar que tal citação leva-nos aos historiadores da História Cultural, compreendendo os elementos apontados na seguinte afirmação: “[...] cada vez mais se interessam pelo que seus predecessores haviam ocultado, deixando de lado ou simplesmente ignorado [...]”. Percebemos que o escrito mostra a transformação da historiografia atual, deixando de ser puramente positivista e assumindo os elementos antes “invisíveis” aos olhos de inúmeros historiadores. É a partir desta epígrafe que iremos conduzir esta seção, compreendendo a contribuição de Carlo Ginzburg, alicerçada na abrangência de observar o oculto partindo das minúcias e do indiciarismo.

O título que sugerimos nasce da identificação que o estudo percorre desde sua posição teórico-metodológica até os resultados que promovemos. Defendemos que o presente trabalho possui elementos do Paradigma Indiciário, compreendendo que tal posição diante da escrita de um trabalho acadêmico deve ir se constituindo paulatinamente. Acreditamos, ainda, que a postura defendida por Carlo Ginzburg, relacionando o trabalho historiográfico ao estudo da linguagem, é extremamente importante para o delinear epistemológico dos estudos vinculados à linha de História da Educação.

A utilização da História Cultural junto ao Paradigma Indiciário reforça a necessidade de pensarmos campos teórico-metodológicos – e suas aproximações – como teias que se entrelaçam. Adotamos, então, a postura de relacioná-los, dialogando junto ao objeto pesquisado, pois estas posições complementam-se na medida em que uma reforça a necessidade da outra.

Carlo Ginzburg, historiador e professor, nascido em Turim em 1939, é filho do professor Leone Ginzburg e da romancista Natalia Ginzburg (GINZBURG, 2007). Pontuaremos, de forma breve, sua trajetória familiar,

Em relação ao pai, Leone Ginzburg, cabe salientar que nasceu na cidade russa de Odessa, em 1909, viveu certo período da infância com a família entre Berlim e Turim, até migrar definitivamente para essa cidade italiana, onde completou sua formação escolar e graduou-se em Literatura Moderna pela Universidade de Turim, mesma instituição na qual passou a integrar o corpo docente (entre 1930 e 1934). [...] A mãe de Carlo, Natalia Ginzburg, vivente entre 1916 e 1991, também possuía ascendência judaica (filha de Giuseppe Levi), foi tradutora de Marcel Proust e de Gustave Flaubert, entre outros, para o italiano e igualmente trabalhou na Editora Einaudi. Tal como Leone, Natalia se dedicou ao ativismo político, como membro do Partido Comunista, sendo eleita, inclusive, deputada (1983 a 1991) e, como tal, se envolveu em temas como a redução do custo do pão, a assistência às crianças palestinas e a reforma das leis de adoção. (PAZIANI; PERINELLI NETO, 2018, p. 318).

A constituição familiar de Ginzburg influenciou diretamente na formação de sua personalidade e, principalmente, de sua produção acadêmica. Formado entre o período de 1950 e 1960, foi se estabelecendo como intelectual a partir da influência dos escritos “[...] de Marx na juventude, embora não seja um marxista [...] e do marxismo gramsciano, a quem deve a opção de analisar os sujeitos marginalizados e as produções culturais [...].” (PAZIANI; PERINELLI NETO, 2018, p. 319-320).

A abordagem a qual Ginzburg é percussor passa a ser a da análise dos sujeitos, visualizando os contornos do individual e sua inserção social, observando a linguagem e seus detalhes – os ditos e não ditos – como formas de conceber o estudo historiográfico, levando em consideração os preâmbulos, as tangentes e os contornos do objeto pesquisado e debruçando-se ao que parecia ser “insignificante” aos olhos de muitos historiadores.

Ao pontuarmos que o presente estudo assume elementos do Paradigma Indiciário, estamos justificando que um trabalho de conclusão de curso não seria capaz de apresentar toda a complexidade e relevância postulada nas obras: *Mitos, emblemas, sinais* (1989); *O Fio e os rastros* (2007); *O queijo e os vermes* (2006). Apenas asseguramos uma postura de análise minuciosa diante do objeto pesquisado, traçando de forma elementar o que poderia ser chamado de sinais.

Sobre a epistemologia defendida por Ginzburg, destacamos que a “[...] análise desse paradigma, amplamente operante de fato, ainda que não teorizado explicitamente, talvez possa ajudar a sair dos incômodos da contraposição entre ‘racionalismo’ e ‘irracionalismo’.” (GINZBURG, 1989, p. 143).

Na obra *Mitos, emblemas e sinais*, Ginzburg faz uma análise minuciosa do comportamento do historiador de arte Morelli (1874-1876) e seu método,

Os museus, dizia Morelli, estão cheios de quadros atribuídos de maneira incorreta. Mas devolver cada quadro ao seu verdadeiro autor é difícil: muitíssimas vezes encontramos-nos frente a obras não assinadas, talvez repintadas ou num mau estado de conservação. Nessas condições, é indispensável poder distinguir os originais das cópias. Para tanto, porém (dizia Morelli) é preciso não se basear, como normalmente se faz, em características mais vistosas, portanto mais facilmente imitáveis, dos quadros: os olhos erguidos para o céu dos personagens de Perugino, o sorriso dos de Leonardo, e assim por diante. Pelo contrário, é necessário examinar os pormenores mais negligenciáveis, e menos influenciados pelas características da escola a que o pintor pertencia: os lóbulos das orelhas, as unhas, as formas dos dedos das mãos e dos pés. (GINZBURG, 1989, p. 144).

A citação acima demonstra a influência que Morelli teve na elaboração do Paradigma Indiciário de Ginzburg, dessa vez levando em consideração a estrutura das palavras e seus contornos. Ainda na mesma obra, Ginzburg relaciona os métodos utilizados por Sherlock Holmes em suas análises criminais e os estudos de Freud à luz do método de Morelli, pontuando que, no caso de Freud, seus estudos psicanalistas sofreram imediata influência deste historiador. Dessa maneira,

[...] o que pôde representar para Freud – para o jovem Freud, ainda muito distante da psicanálise – a leitura dos ensaios de Morelli? É o próprio Freud a indicá-lo: a proposta de um método interpretativo centrado sobre os resíduos, sobre os dados marginais, considerados reveladores. (GINZBURG, 1989, p. 149).

Contudo, o método de Morelli “[...] foi muito criticado, talvez também pela segurança quase arrogante com que era proposto. Posteriormente foi julgado mecânico, grosseiramente positivista, e caiu em descrédito.” (GINZBURG, 1989, p. 144).

Discorrer sobre o Paradigma Indiciário é falar sobre as bases históricas e suas influências, é ponderar sobre a trajetória de vida de Carlo Ginzburg, dialogando sobre seus pais e acerca de sua formação acadêmica, apontando os marcos importantes de suas obras como contornos imprescindíveis para pensar a historiografia ginzburgiana.

Sendo assim, como é possível relacionar o presente estudo à História da Educação, utilizando elementos do Paradigma Indiciário preconizado por Ginzburg? Essa questão é postular para os contornos e os próximos passos da pesquisa, compreendendo que os indícios que buscamos são os “sinais” da Escola Profissional Presidente João Pessoa, pois os documentos institucionais não constam na sua sede – não se sabe se tal alegação faz parte de

diversas tentativas de encobrir uma história pouco conhecida ou se os documentos foram extraviados ao longo dos anos. Assim, buscamos nos impressos os rastros desta instituição.

Partindo da presente investigação, esperamos contribuir com a historiografia paraibana a partir do momento em que priorizamos um olhar para as singularidades, para os rastros, os indícios, de que trata Ginzburg. Ao utilizar elementos do Paradigma Indiciário, a ideia é de não,

[...] cair no famigerado positivismo ingênuo, unido à exasperada consciência da violência ideológica que pode estar oculta por trás da mais normal e à primeira vista, inocente operação cognitiva, induz hoje muitos historiadores a jogar a criança fora junto com a água da bacia – ou, deixando de lado as metáforas, a cultura popular junto com a documentação que dela nos dá uma imagem mais ou menos deformada. (GINZBURG, 2006, p. 16).

A materialização do Paradigma Indiciário parte de uma experiência pessoal e ao mesmo tempo coletiva. Pedimos licença ao leitor para pontuar o contato inicial que tivemos com Pindobal, acreditando ser extremamente importante contornar as minúcias desse primeiro encontro. Durante o ano de 2016, tive a experiência de iniciar como aluno pesquisador bolsista de Iniciação Científica, sob orientação do professor Charliton José dos Santos Machado, e foi no primeiro ano de pesquisa que encontrei os indícios da instituição supracitada, durante a investigação no jornal *O Norte*, que correspondia ao período de 1950 a 1955. Deparei-me com alguns dizeres sobre uma instituição localizada em Mamanguape e que, naquele momento, estava recebendo uma assistente social e educadora para dirigi-la, com o intuito de transformar os métodos daquela instituição (segundo o periódico).

A curiosidade foi tomando corpo na medida em que me deparava com alguma nova informação sobre a instituição, nos corredores da universidade, nas conversas informais, no diálogo com minha companheira de vida e esposa. Personificava, então, uma necessidade de saber mais e de ir em busca das migalhas que havia encontrado. Parecia-me uma incontrolável sede de conhecer sobre o que de fato vinha a ser essa instituição. Sobre essa vontade de investigar, partindo de sua necessidade, Ginzburg (1989, p. 151) aponta o exemplo do homem caçador,

Durante inúmeras perseguições, ele aprendeu a reconstruir as formas e movimentos das presas invisíveis pelas pegadas na lama, ramos quebrados, bolotas de esterco, tufo de pelos, plumas emaranhadas, odores estagnados. Aprendeu a farejar, registrar, interpretar e classificar pistas infinitésimas como fios de barba. Aprendeu a fazer operações mentais complexas com rapidez fulminante, no interior de um denso bosque ou numa clareira cheia de ciladas.

Após esse primeiro contato com os impressos sobre Pindobal, lembro-me de uma experiência que tive com a temática, ainda no primeiro semestre do curso de Pedagogia – Educação do Campo, em 2016, propiciado pela professora Socorro Queiroga, durante a disciplina de Sociologia da Educação. A professora comentou sobre um trabalho voluntário que fazia na Escola Profissional Presidente João Pessoa em Mamanguape e que, por mera coincidência ou talvez pelos fios “vermelhos do destino”, essa seria a mesma instituição que havia me deparado durante a coleta de dados do PIBIC. Nesse cruzamento de necessidades – a minha de conhecer mais e a da professora de apresentar um mundo ainda oculto – é que fomos até Pindobal. Nosso objetivo era levar algumas roupas e filtros de barro que a professora havia coletado junto a amigos e amigas. Preparamos junto com uma colega de classe algumas atividades para fazermos ao chegar na instituição.

Ao chegarmos à instituição, encontramos garotos de várias idades, crianças e jovens entre 10 e 17 anos em situação de vulnerabilidade social. A partir dos diálogos estabelecidos com os jovens internos, destaco que não encontrei nenhum garoto que havia cometido crime, tendo em vista as histórias e rumores que ouvia sobre a instituição, ou pelo menos desconheço até hoje se algum havia cometido algo ilícito. Partindo desses fatos em que havia me deparado com os escritos de um jornal e conhecido pessoalmente a instituição é que decidimos desenvolver a pesquisa, levando em consideração o escasso material que havia sido produzido sobre Pindobal até então. Comecei a fazer essas relações e,

Poderíamos comparar os fios que compõem esta pesquisa aos fios de um tapete. Chegamos a este ponto, vemo-los a compor-se numa trama densa e homogênea. A coerência do desenho é verificável percorrendo o tapete com os olhos em várias direções. (GINZBURG, 1989, p. 170).

Os fios do tapete referidos por Ginzburg (1989), em sua obra, estariam presentes no contato que tivemos com o objeto investigado. Dessa forma, os elementos do Paradigma Indiciário manifestam-se a partir do descobrimento dos cascalhos da Escola Profissional Presidente João Pessoa – apesar da escassez de trabalhos produzidos –, definindo-se na medida em que os fios recolhidos desde 2016 levam-nos ao olhar atento para as especificidades de um lugar pouco conhecido para a História da Educação.

Portanto, os elementos que tratamos aqui são iguais aos de um mosaico, encaixam-se ao mesmo tempo em que vamos em busca de mais peças. A utilização do Paradigma Indiciário fundamenta-se na investigação e nas “costuras dos retalhos” que fizemos ao longo de três anos,

na busca e no descobrimento de novas fontes e análises, a serem desenvolvidas no último capítulo.

O próximo capítulo, intitulado *INSTITUIÇÕES RURAIS E INFÂNCIA DE 1930: CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE RUA*, divide-se em três partes: na primeira, abordaremos acerca das instituições rurais na Paraíba de 1930; na segunda, investigaremos a concepção de criação das escolas rurais profissionalizantes na Paraíba, abordando o intelectual Sizenando Costa como percussor deste modelo de ensino; e, na terceira, pontuaremos quem são os sujeitos da infância marginalizada.

3 INSTITUIÇÕES RURAIS E INFÂNCIA POBRE NA PARAÍBA DE 1930

As instituições rurais na Paraíba assumem uma diretriz específica em relação à sua função social, de acordo com a obra “A Escola Rural” do intelectual Sizenando Costa, agindo a favor de uma sociedade agrícola cujo objetivo primeiro seria “[...] criar, no seio do povo, uma mentalidade mais propensa ao trabalho do campo, fixando tanto quanto possível o homem à sua gleba⁵.” (COSTA, 1941, p. 12). Para fixar o homem e a mulher ao campo seria preciso conceber centros educacionais capazes de instrumentalizar e desenvolver as especificidades de cada região, por meio de “[...] aulas vivas, vibrantes, cheias de calor e, acima de tudo, norteadas para formar uma nacionalidade forte, ambiciosa e concisa do seu próprio valor [...]”. (COSTA, 1941, p. 13).

Sendo assim, as escolas rurais na Paraíba, de acordo com Pinheiro (2003, p 1-2), “[...] começam a ser criadas nos meados dos anos de 1930, no contexto das políticas públicas, implementadas pelo governo Vargas”, sendo possível visualizar que a criação dessas instituições rurais atende a uma política cuja justificativa estaria embasada na criação de uma nação forte. A problemática que estaria posta seria a da migração do campo para o urbano,

Os anos de 1930 constituíram um marco no tocante ao crescimento urbano e industrial no Brasil, largamente favorecido pela ampliação da concentração fundiária, que terminava por obrigar os camponeses a migrarem para as cidades. Os centros urbanos, por sua vez, despreparados econômica e superestruturalmente para receber tal contingente migratório, não conseguiram – e ainda não conseguem – absorver uma parcela significativa dessa mão-de-obra despreparada para o desempenho de atividades de caráter eminentemente urbano. (PINHEIRO, 2004, p. 03).

Partindo desta problemática migratória, justificaria então a criação de políticas públicas assistencialistas, desenvolvendo instituições que fixassem o homem à sua terra; as instituições rurais seriam o ponto de partida para o avanço técnico dessas regiões que detinham a missão de alavancar a economia do país com as suas produções. Para a consolidação dessas instituições, estariam presentes dois problemas imediatos: o primeiro podemos configurar como sendo uma questão pedagógica; e o segundo, uma problemática de infraestrutura.

Para que as instituições rurais fossem consolidadas, seria preciso repensar a escola tradicional, pois as escolas dos centros urbanos não dariam conta de conceber um ensino que “fixasse o homem a sua terra”, surgindo, então, as críticas à transmissão do conhecimento e aos

⁵ O texto está transcrito conforme o original.

métodos tradicionais das escolas urbanas. As escolas rurais, forjadas pelo trabalho e pelo ensino útil, fazem uma crítica à chamada escola das letras, como também desenvolve uma noção de nação forte, pautada no desenvolvimento econômico do Campo. Ao justificar a necessidade de uma escola para o campo, Costa (1941, p. 15) afirma que,

A escola somente de letras, hierática, dogmática; escola, algo de claustro, algo de caserna, deve ceder lugar a uma outra talvez menos palavrosa, menos livresca, e mais dinâmica, mais apropriada ao ambiente e às supremas necessidades coletivas.

Essa crítica aos processos de transmissão de conhecimento parece relacionar-se aos apontamentos da Escola Nova, sugerindo que esse modelo não daria conta de atender às camadas populares. Costa (1941), ao defender o modelo das escolas rurais, afirma que essas instituições são capazes de transcender o conhecimento letrado para a ação prática na comunidade em que cada sujeito vive e produz.

Essas escolas, além de se constituírem em campo experimental das culturas locais, educam a criança, principalmente para a vida de sua gleba; e, todos os anos, na época em que se desenvolvam maior número de atividades, devem receber, para um estágio de, pelo menos, um mês, todos os professores das localidades adjacentes para um curso prático de emergência. Além disso, desenvolvendo um duplo serviço de estímulo e de socialização, poderão, no fim das colheitas, promover certames para premiar os melhores produtos da lavoura e pecuária. Nesses certames comemorativos como que do encerramento de um ano de labores honestos, far-se-ão demonstrações, conferências, feiras de produtos selecionados, comparações estatísticas, fundação de institutos de crédito, previsões etc., [...] Dêste modo, a escola já não será essa coisa inexpressiva, suplicitante, com que são ameaçados os meninos travessos, cuja atividade reclama uma orientação mais natural e de interesse para a sua organização, sob o ponto de vista biológico, e ainda para a comunidade sob suas diversas manifestações. (COSTA, 1941, p. 20-21).

Nesse cenário, seriam funções das instituições rurais: a) modificar o modelo pedagógico de transmissão do conhecimento e alcançar a prática da atividade agrícola; b) desenvolver as culturas locais; e c) incentivar o intercâmbio das experiências de cada comunidade, socializando-as a partir de feiras, congressos e seminários. As escolas deveriam, então, partir desses pressupostos para que fossem consolidadas suas diretrizes.

O professor Sizenando Costa, em entrevista ao Diário de Pernambuco (PE), em 1936, destaca a sua atuação como Inspector Geral do Ensino da Parahyba,

A situação da Parahyba em matéria de ensino. Palavras do prof. Sizenando Costa para o DIÁRIO DE PERNAMBUCO. A bordo do Pedro II passou ontem pelo Recife o professor Sizenando Costa, Inspector Geral do Ensino da Parahyba e organizador do mostruário parahybano á Exposição Nacional de Educação e Estatística que se realizará este mez no Rio de Janeiro. O repórter procurou-o a bordo a fim de ouvi-lo sobre os aspectos educacionaes da Parahyba. – “A Parahyba continua a seguir no que se refere á instrucção pública o mesmo rythmo inaugurado no governo Anthenor Navarro. A administração actual tem procurado melhorar o possível as condições do ensino no Estado e nível educacional do professorado. Alem desses problemas que se têm atacado por meio da inspecção permanente, visitas periódicas de inspectores regionaes, e um serviço de informações bem organizado, não escapa á atencção do professorado mesmo um aperfeiçoamento continuo dos methodos de aprendizagem. A escola rural e os jardins de infancia teem merecido um carinho especial do governo. Basta notar que o Estado dispendeu com a instrucção nos três primeiros trimestres do corrente anno, 4.715:344\$173, isto é, muito mais do exigido na constituição. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1936).

Partindo do fragmento apresentado pelo Professor Sizenando Costa em entrevista, “A escola rural e os jardins de infancia teem merecido um carinho especial do governo.” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1936), quem são esses sujeitos atendidos pela política das escolas rurais? Qual seria então a finalidade política e pedagógica dessas instituições? Partindo desses questionamentos é que iremos discorrer sobre o conceito de infância(s) e, especificamente, sobre aquela marginalizada.

A literatura e os documentos que discorreremos nesse trabalho nos mostram que os sujeitos dessas políticas públicas são jovens, crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, meninos e meninas em situação de mendicância, filhos e filhas de trabalhadores que saíram do campo e foram para a cidade em busca de uma vida melhor. Poucos são aqueles jovens que cometeram algum delito e que foram encaminhados para essas instituições correcionais.

Dessa forma, é importante destacar que as instituições rurais são organizadas para impedir que se acentue o processo migratório campo e urbano. Essa relação migratória acabaria por ser o cerne do debate acerca da implementação das escolas rurais, compreendendo que a saída do campo em direção ao urbano modificaria toda a estrutura social da cidade e, demograficamente, constituir-se-ia em um grande problema, como afirma Santos (2004),

[...] São Paulo conheceu um crescimento populacional sem precedentes em sua história. Com cerca de trinta mil habitantes em 1870, passaria a abrigar uma população de 286 mil habitantes em 1907. Essa verdadeira explosão demográfica foi devidamente acompanhada pelo crescimento industrial. (p. 212).

As famílias saíam do campo, de suas terras originárias, e partiam para a cidade em busca de emprego e uma melhor condição de vida, tendo em vista que as políticas públicas para a população do campo só começariam a ser pensadas em meados dos anos de 1930, com o governo Vargas, a partir do rompimento entre governo e setor agrário dos grandes latifundiários brasileiros. Dessa forma, as condições de vida nos centros urbanos apresentam-se cada vez mais precárias, como afirma Santos (2014),

[...] estima-se que a terça parte das habitações existentes era compostas de cortiços que, abrigando grande quantidade de pessoas por unidade, pode ter sido o tipo de moradia predominante na cidade. As pestes e epidemias se alastravam, beneficiadas pela ausência de condições mínimas de salubridade e saneamento. (p. 212).

Nesse contexto, em que condições estariam as crianças e os adolescentes nas cidades? De acordo com Santos, “[...] verifica-se o surgimento ou o agravamento de crises sociais que outrora eram pouco relevantes no cotidiano da cidade.” (2004, p. 213). Esses sujeitos, partindo das estatísticas criminais, passariam a ser chamados de “menor” ou o “menor de idade” e as precárias condições de vida nas cidades forjariam um “menor” desviante, aquele capaz de saquear e gatunar, os chamados mendigos, meninos de rua e batedores de carteiras.

Essas categorias forjam a identidade da criança e do adolescente e permitem, a partir de uma ideia de higienização social – da retirada desses sujeitos das ruas –, defendida como política de segurança pública, o controle a toda e qualquer criança vista na rua como “vadia e desocupada”.

De acordo com Santos (2004, p.213-214) o “[...] aumento da ocorrência de crimes é acompanhado pelo aumento e especialização dos mecanismos de repressão, gerando uma maior incidência de conflitos urbanos, numa clara manifestação do agravamento das tensões sociais”. Partindo das estatísticas criminais, podemos visualizar como estariam enquadrados os crimes cometidos pelos jovens no início do século XX,

A natureza dos crimes cometidos por menores era muito diversa daqueles cometidos por adultos, de modo que entre 1904 e 1906, 40% das prisões de menores foram motivadas por “desordens”, 20% por “vadiagem”, 17% por embriaguez e 16% por furto ou roubo. Se comparados com os índices da criminalidade adulta teremos: 93,1% dos homicídios foram cometidos por adultos, e somente 6,9% por menores, indicando a diversidade do tipo de atividades ilícitas entre ambas as faixas etárias. As estatísticas mostram que os menores eram responsáveis neste período por 22% das desordens, 22% das

vadiagens, 26% da “gatunagem”, 27% dos furtos e roubos, 20% dos defloramentos e 15% dos ferimentos. (SANTOS, 2004, p. 214).

É importante destacar que esses dados apresentados demonstram uma espécie de criminalidade de baixo “nível” ou de pouca relevância comparado com os crimes que os adultos cometiam; a maioria dos atos praticados pelos “menores” pode ser considerada como forma de garantia de sua própria sobrevivência na vida urbana. Nesse cenário, os “[...] números apontavam ainda uma constante dicotomia entre a criminalidade no campo e na cidade, revelando a última como local privilegiado para a eclosão do banditismo”. (SANTOS, 2004, p. 214).

Portanto, as crianças e os adolescentes de rua, filhos e filhas das classes trabalhadoras, deixaram de ser vistos pela ótica da “semente do futuro” daqueles que conduziram a nação até seu apogeu, para serem vistos como os “menores desviantes” e os criminosos em potenciais. Partindo desse contexto é que as escolas rurais fundamentam-se, auxiliando, também, na construção de uma segurança pública que deveria manter as crianças fora das ruas e, principalmente, influenciar no processo migratório entre campo e cidade, contribuindo, talvez, para uma política de higienização social e combate à “delinquência”.

3.1 Instituições rurais na Paraíba: o ensino "útil" às classes desviantes

Visando fixar o homem ao solo, êle trata em seu trabalho sobre as possibilidades e a necessidade de possuir a “Escola Rural”, seções de Agricultura, Criação e Pequenas Indústrias, Estas atividades, tão úteis às populações rurais, são realizadas insensivelmente pelas crianças que, por sua vez, as transmitem aos pais e amigos – Maria do Carmo Ramos Pinto Ribeiro, Diretora da Escola Rural Alberto Tôrres, de Recife. (COSTA, 1941, p. 08).

A epígrafe acima, escrita pela Diretora Maria do Carmo no prefácio do livro “A Escola Rural”, atuante na Escola Rural Alberto Tôrres em Recife e vista pelo Sizenando Costa como uma escola modelo, sendo passível de ser implementada na Paraíba, apresenta-nos algumas pistas para pensarmos a concepção pedagógica de uma instituição rural.

Em primeiro lugar, como havíamos dialogado na seção anterior, seu principal objetivo é o de “fixar o homem ao solo”, ou seja, impedir o processo de migração entre campo e urbano. O segundo ponto seria a implementação destas instituições, as seções: Agricultura, Criação e Pequenas Indústrias estão contidas na obra de Costa (1941), apresentando como as escolas rurais deveriam organizar-se estruturalmente. O livro é organizado como uma espécie de manual para a consolidação da infraestrutura das instituições rurais.

O terceiro ponto é a concepção de criança que é vista nestes escritos. Estas atividades “[...] são realizadas insensivelmente pelas crianças que, por sua vez, as transmitem aos pais e amigos [...]” (COSTA, 1941, p. 08). O papel das crianças seria de transmissores das técnicas do trabalho agrícola, fazendo-os de forma “insensível”, sendo capazes de assumirem o trabalho de transmissão sem mesmo perceber-se como tal.

A necessidade de conceber uma escola no campo parte, então, de uma questão das classes dominantes, cujo objetivo seria manter a ordem e o controle social, tendo em vista a crescente migração do campo para o urbano, pois, como constatado pelas estatísticas do início do século XX, a criminalidade dos adultos, como também das crianças e jovens que se encontravam em situação de rua, estava em crescente. Como afirma Moraes (2000),

Nos últimos anos do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, a ação pedagógica dos setores dominantes, ao lado de outras práticas mais diretamente repressivas, estará voltada para a “reconstrução nacional”, a conformação da cidadania, e para a questão da organização do trabalho. São desenvolvidas inúmeras estratégias e dispositivos visando a moralização e o ajustamento do trabalhador à nova ordem social. (p. 70).

Desse modo, as instituições rurais na Paraíba estariam pautadas no bojo dessas estratégias de “moralização” e “ajustamento”, as classes desviantes passariam a ser as crianças pobres, os “menores” infratores que ocupam as ruas das cidades. As elites intelectuais precisariam pensar em uma instituição de ensino que, além de evitar a crescente migração, fosse capaz de instruir para o trabalho. Assim,

Os setores dirigentes sempre demonstraram apreensão com o crescente número de crianças desamparadas, habitantes das ruas da cidade. Para elas providenciou asilos e reformatórios, instituições moralizadoras, onde o trabalho se constituía em importante recurso pedagógico. (MORAES, 2000, p. 73).

A Escola Profissional Presidente João Pessoa constitui-se como uma dessas instituições, pensada pela ótica do trabalho e da fixação do homem à sua terra, possuidora de uma organização pedagógica pautada na atividade agrícola e na correção das “crianças indesejáveis”.

Em sua ótica pedagógica, a obra “A Escola Rural” tece duras críticas à escola tradicional, talvez porque esta escola não fosse capaz de formar a mão de obra agrícola que tanto se desejava, talvez por apresentar demasiada importância aos conteúdos científicos. Sendo

assim, para as elites dirigentes, não seria interessante a dedicação ao pensamento letrado, pois essa concepção não ajudaria o crescimento da nação.

Corroborando com esse pensamento, a escola tradicional é posta em evidência para justificar a função social e a importância da Escola Rural. Dessa forma, os processos educacionais deveriam ser modificados de acordo com as seguintes diretrizes:

- 1° - Que devemos organizar a escola não simplesmente para transmitir conhecimentos exclusivamente de letras, mas relacionados também com os interesses, com as atividades da vida regional;
- 2° - Que essas escolas, além de sua finalidade principal de prestar assistência educativa às crianças, se constituam em órgão informativo e de propaganda das possibilidades econômicas da comuna, cuja vida deve refletir em todas as suas nuances, despertando interesse entre os habitantes da região e prendendo-os ao lar por um trabalho eficiente de socialização;
- 3° - Que essas escolas, sem mesmo visar o preparo de profissionais, devem ter um programa de letras “concêntrico” em que os pontos relativos a cada matéria sejam ministrados em cada classe, de relação com o alcance dos alunos, de sorte que os conhecimentos vão se alargando, se ampliando, se fixando e acentuando por mercê das recapitulações, até atingir, no fim do curso, ao máximo do que for previsto. As atividades granjearias, porém, devem ser ministradas em programa linear, em que a matéria, muito embora, apresentada em fragmentos, relacionada com o grau de conhecimento das diversas classes, seja completamente esgotada em qualquer época e para todos os alunos. (COSTA, 1941, p. 21).

Esses direcionamentos fundamentam a organização pedagógica das Escolas Rurais. E, nessa direção, Sizenando Costa (1941) constrói um manual para a concepção e a construção dessas instalações em sua obra, edificando as instituições agrícolas em contrapartida à escola tradicional. O ensino tradicional, pautado na supervalorização aos conteúdos científicos, apresenta-se com grande fragilidade, sendo desinteressante para a elite intelectual paraibana, pois não formaria uma mão de obra agrícola. (COSTA, 1941).

Na escrita do Prefácio, a Diretora da Escola Rural Alberto Tôrres de Recife, Maria do Carmo Ramos Pinto Ribeiro, afirma que:

A Escola Rural, responsável direta pela melhoria do habitat rural brasileiro, pela formação perfeita e integralizada da sua gente, exige de seus adeptos devotamento, que só o verdadeiro sacerdócio sabe inspirar. O professorado rural brasileiro possui as qualidades inerentes à alta missão que exerce e será o baluarte desta campanha humanitária e patriótica. O Brasil precisa que cada um cumpra com o seu dever, e este dever, o mestre, o grande Alberto Tôrres, no-lo ensina, quando diz: “O desequilíbrio das sociedades modernas, resulta principalmente da deslocação constante das populações das zonas rurais para os centros populosos, da agricultura para as indústrias, do esforço produtivo para as manufaturas e para o comércio. O Brasil tem por destino evidente, ser

Em seguida, Costa (1941) pontua as instalações destinadas ao trabalho agrícola. São elas: Aviário; Apiário; Pociлга; Estábulo; Estrumeira; Sirgaria; Pequena Casa para o Trabalhador Rural, como também um projeto de mobílias de pedras como mostram as imagens a seguir.

Figura II – Aviário com Abrigo Portátil para 25 Aves em Parque de 6.5m
Fonte: COSTA (1941)



Figura III – Apiário com Apartamento Telado para que as Classes Observem As Explicações independente do uso de Véos e Luvas
Fonte: COSTA (1941)

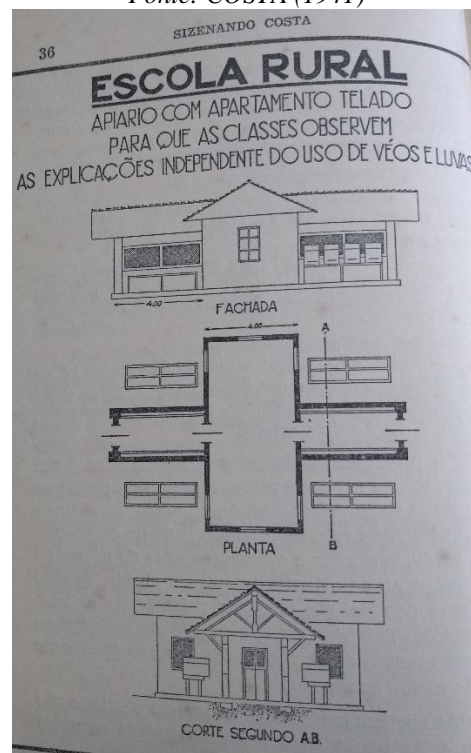


Figura IV – Poclga para 8 Animais
 Fonte: COSTA (1941)

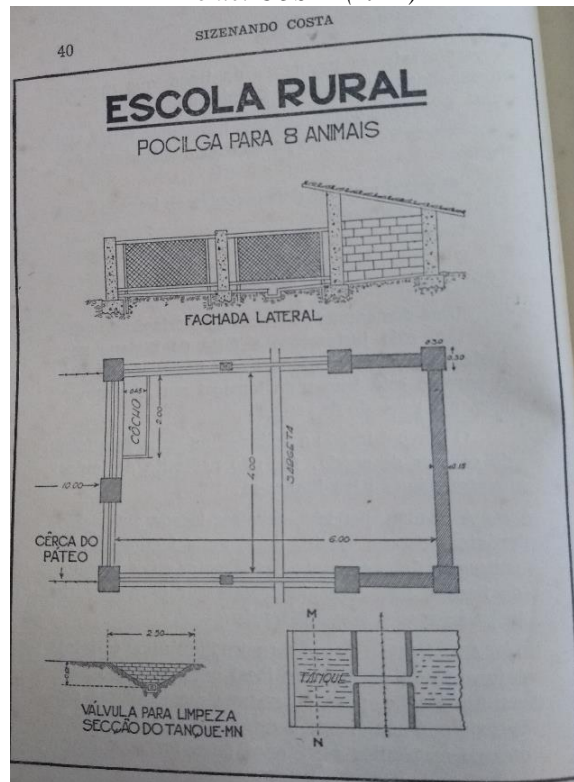


Figura V – Estábulo Econômico para 12 Bovinos
 Fonte: COSTA(1941)

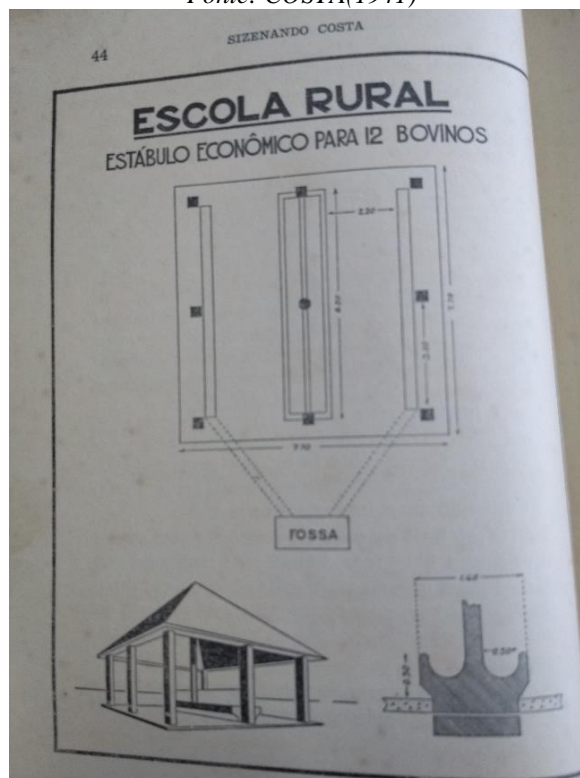


Figura VI – Estrumeira
 Fonte: COSTA (1941).

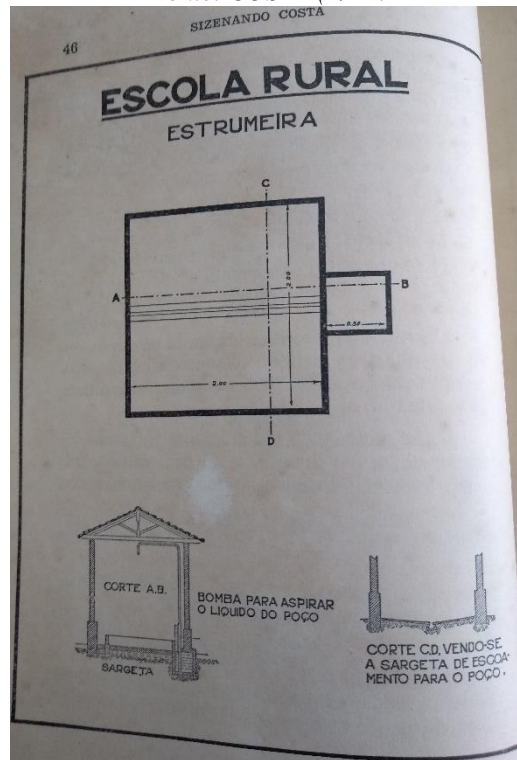


Figura VII - Projeto de Sirgaria com três Castelos a 4 Taboleiros
 Fonte: COSTA (1941)

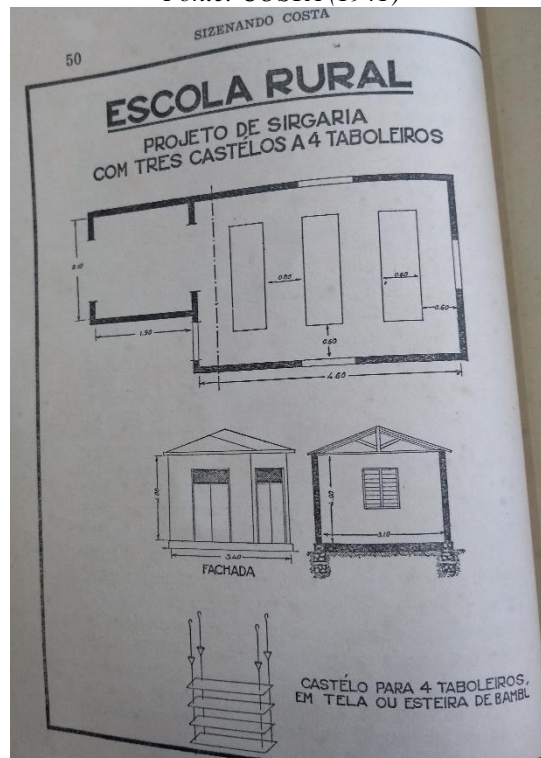


Figura VIII – Projeto de uma Pequena Casa para Trabalhador Rural
 Fonte: COSTA (1941)

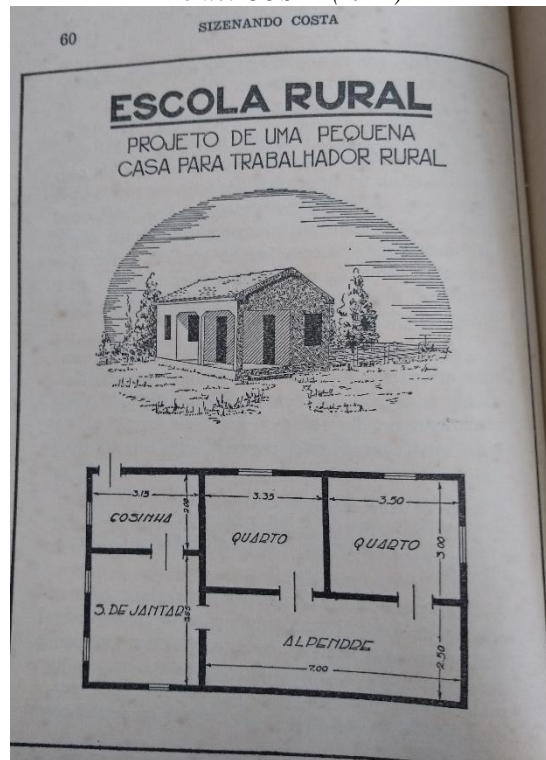


Figura IX – Pôsto de Queimadas – Perspectiva da residência
 Fonte: COSTA (1941)



Figura X – Pôsto Agrícola de Queimadas
Fonte: COSTA (1941)

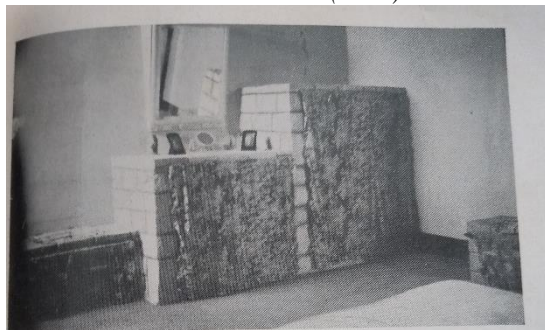


Pôsto Agrícola de Queimadas — Sala de jantar.
Mobiliária completa em pedra



Pôsto Agrícola de Queimadas — Quarto

Figura XI – Quarto Principal e Quarto Secundário
Fonte: COSTA (1941)



Quarto principal — Guarda-roupa, cômoda, banco e guarda-sapatos



Quarto secundário — Divã, criado mudo e guarda-sapatos

As instituições rurais na Paraíba são consolidadas a partir da proposta de Costa (1941), tanto do ponto de vista pedagógico quanto estrutural. As instalações apresentadas nas figuras de I à XI são construções de baixo custo, segundo Costa, possíveis de serem implementadas pelos governos e que dariam um retorno imediato para a economia do país.

Dessa forma, as Escolas Rurais na Paraíba, em meados dos anos de 1930, são pensadas através de duas óticas: a econômica e a social, visando “fixar o homem a sua terra”. Costa (1941) apresenta que a necessidade de manter o homem no campo é com o intuito de desenvolver a economia agropastoril, pensando a Paraíba como um Estado que precisaria fundar a base de sua economia através dos processos agrícolas.

Já a ótica social diz respeito ao combate à migração do campo para o urbano, contendo os elevados índices de criminalidade cometidos nos centros urbanos. Nesse sentido, seria preciso pensar em uma escola que dialogasse com o mundo do trabalho agrícola para que as crianças e os adolescentes não se tornassem “crianças indesejáveis”, “criminosos” em potencial. E é a partir dessas visões que as políticas públicas voltadas para o ensino agrícola na Paraíba são forjadas.

Partindo desse cenário, a próxima seção tratará de discutir acerca da concepção de infância pobre, marginalizada, “infratora” e “desviante” na sociedade da época, crianças e adolescentes, filhos e filhas dos trabalhadores e trabalhadoras, cuja políticas públicas da Escola Rural estão sendo desenvolvidas para esses sujeitos. Abordaremos a influência do Código de Mello Matos de 1927 (Código de Menores), visualizando a ideia de instituições de controle social, cujo objetivo primeiro seria manter a ordem, baseados na moral, no civismo e no patriotismo.

3.2 As crianças “indesejáveis”: Infância pobre e marginalizada

Em qualquer sociedade, o corpo está preso no interior de poderes muito apertados, que lhe impõem limitações, proibições ou obrigações. Muitas coisas, entretanto, são novas nessas técnicas. A escala, em primeiro lugar, do controle: não se trata de cuidar do corpo em massa, grosso modo, como se fosse uma unidade indissociável, mas de trabalhá-lo detalhadamente; de exercer sobre ele uma coerção sem folga, de mantê-lo ao mesmo nível da mecânica – movimentos, gestos, atitude, rapidez: poder infinitesimal sobre o corpo ativo. (FOUCAULT, 2014, p. 134-135).

A noção de “corpo” que tratamos é aquele pequeno, sorridente, brincalhão, esquisito, maltrapilho, esfarrapado, sujo, fedido, negro, franzino, veloz, astucioso, masculino e feminino.

É aquele que as políticas públicas trataram de secundarizar; aquele que foi pensado sob a ótica da segurança pública, do controle nacional, do fruto que apodreceu, do joio. O corpo que falamos é aquele cujo Estado construiu asilos, escolas para o trabalho, instituições religiosas, prisões, edifícios e casas, com o objetivo primeiro de afastar do mundo social os que devem ser disciplinados.

Para que esses corpos sejam contidos e obedientes seria preciso pensar em “[...] métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõe uma relação de docilidade-utilidade, são o que podemos chamar as ‘disciplinas’”. (FOUCAULT, 2014, p. 135).

Essas crianças indisciplinadas são as chamadas “crianças indesejáveis”, cujo papel é desafiar a ordem social imposta. São jovens e adolescentes que vivem na clandestinidade, nas ruas, nos becos, nos trabalhos informais e formais, os graxeiros, flanelinhas, vendedores de balas e chocolates; são aqueles e aquelas que se prostituem, são os que não se veem na escola, pois a escola não os vê. São aqueles submetidos a “crueldades geradas no próprio núcleo familiar, nas escolas, nas fábricas e escritórios, nos confrontos entre gangues, nos internatos ou nas ruas entre traficantes e policiais”. (PASSETTI, 2004, p. 347). São aqueles que estão atravessados pelo simbolismo de serem “anjos ou demônios” através da concepção cristã ocidental. A criança e o jovem pobres são vistos socialmente como rebeldes indisciplinados e desajustados.

Destacamos que o trabalho forçado nas fábricas no início do século XX forjou a rebeldia dessas crianças. O intenso trabalho fabril e a relação intimidadora entre o patrão e o aprendiz estariam impondo uma relação de força cujo objetivo seria a disciplinarização desses sujeitos.

A relação de trabalho com a mão-de-obra menor – aprendiz em muitos casos – em que a disciplina evoluía, de fato, para os maus-tratos arbitrários, talvez tenha sido aquela na qual as imagens do pai e do patrão frequentemente se confundiam, deixando de estar simplesmente justapostas. Acima de tudo, porque o mundo do trabalho não subvertia a infância e a adolescência a ponto de excluir o lúdico de suas vidas. As brincadeiras dos menores teimosamente resistiam à racionalidade imposta pelo ambiente de trabalho e foram, ao longo do tempo, em nome da disciplina exigida nos regulamentos das fábricas e oficinas, o claro detonador de atitudes violentas. (MOURA, 2004, p. 268).

Para aqueles que não suportariam as violências nas fábricas, restaria a clandestinidade, já que as instituições que acolhiam as crianças no Brasil estariam fadadas a pensar a criança apenas sob a ótica da disciplina. A fábrica, a escola, o orfanato, as famílias, a igreja, todas essas instituições desejariam formar uma criança com os valores do civismo. Na realidade, essas

instituições, durante muitos anos, não pensaram nessas crianças sob a ótica de sujeitos de sonhos e de direitos.

É importante destacar, ainda, que as crianças das classes trabalhadoras estariam mais propensas a sofrerem múltiplas violências que as crianças da classe dominante. Embora as duas classes estariam sempre sendo pensadas sob a ótica da disciplina, a diferença é: as crianças das classes trabalhadoras tinham a necessidade de permanecer no mundo do trabalho, mesmo contra a sua vontade, seja ele o trabalho formal ou informal.

De acordo com Passetti (2004),

A dureza da vida levou os pais a abandonarem cada vez mais os filhos e com isso surgiu uma nova ordem de prioridades no atendimento social que ultrapassou o nível da filantropia privada e seus orfanatos, para elevá-las às dimensões de problema de Estado com políticas sociais e legislação específicas. (p. 347).

Assim, o abandono das famílias, a problemática da criminalidade, a migração desenfreada entre campo e cidade são fatores fundantes para pensar legislações para esses sujeitos. “Num país de tradição escravocrata, as críticas à situação de vida das crianças [...] abriram frentes para reivindicações políticas de direitos e contestações às desigualdades”. (PASSETTI, 2004, p. 354).

As legislações surgem a partir dos questionamentos e das problemáticas da criminalidade, do trabalho infantil e do ócio. O Código de Menores de 1927 é instaurado pela ótica disciplinar, a partir dele o Estado passaria a responder pela delinquência cometida nas ruas através das instituições de internação, “responsabilizando-se pela situação de abandono e propondo-se a aplicar os corretivos necessários para suprimir o comportamento delinquencial”. (PASSETTI, 2004, p. 354-355).

É através das medidas disciplinares que as crianças em situação de abandono ou “delinquência” seriam salvas da “selvageria” das ruas. Os internatos e asilos para essas crianças são pensados a partir do controle. De acordo com Passetti (2004),

Fechavam-se os trinta primeiros anos da República com um investimento na criança pobre vista como criança potencialmente abandonada e perigosa, a ser atendida pelo Estado. Integrá-la ao mercado de trabalho significava tirá-la da vida delinquencial [...] e educá-la com o intuito de incutir-lhe a obediência. (p. 355).

E, para que os corpos dessas crianças fossem devidamente disciplinados, é que essas instituições utilizariam dos castigos corporais e o Estado passaria a ser o seu castigador. Sendo este – o Estado – a primeira política pública pensada para esses sujeitos como estabelecimentos de controle, atravessados muitas vezes pelo simbolismo de “educar para corrigir” ou de “endireitar os desajustados”.

O Código de Mello Mattos possuía a função de manter a ordem social, principalmente, legislando sobre as crianças pobres, abandonadas ou “delinquentes”. Aqueles meninos e meninas menores de idade que ainda não completaram dezoito anos e estariam nas ruas em situação “irregular” passariam a ser objetos desse direito.

Cabe-nos destacar que o sistema assistencial no Brasil se inspirava em modelos assistenciais europeus, ainda que de uma forma mais rudimentar. Uma assistência à infância em um mundo colonial, com instituições pensadas para o trabalho físico e compulsório.

Mesmo sabendo que esse modelo não deu conta das especificidades europeias, como afirma Venâncio, que frente “[...] a tal situação, vários países europeus avaliaram o sistema assistencial herdado do Antigo Regime e progressivamente, a começar pela França, adotaram a política de “subsídios às mães pobres (...) para impedir que estas abandonassem seus filhos” (1999, p. 316). A política adotada pelos países europeus para a assistência à infância estaria sendo modificada, mas no Brasil a criação de internatos estava sendo pensada como uma política de correção dos chamados jovens desviantes da sociedade.

Nesse sentido, podemos afirmar que é para a correção dos chamados jovens “transviados” que a Escola Profissional Presidente João Pessoa (Pindobal), localizada no Município de Mamanguape/PB, desenvolve seus trabalhos, versando entre a prática do ensino profissionalizante agrícola e dos castigos corporais para a disciplinarização.

Figura XII - A obra Administrativa e Financeira de João Pessoa
Fonte: BNDIGITAL – Periódico O Combate (MA) 1931

Obra também meritíssima é o Patronato Agrícola de Pindobal, iniciado com 60 menores, organização admirável de protecção á infancia desvallida e delinquente, por si só capaz de rememorar o vulto bemfazejo de João Pessoa. Esse instituto humanitario foi construido nas proximidades da cidade de Mamanguape.

Pindobal é vista como uma grandiosa obra, os escritos acima fazem homenagem ao governo de João Pessoa, falecido em 1930. Para alguns periódicos, essa instalação seria responsável pela proteção à infância desvalida e delinquente. Notadamente esta instituição é pensada para disciplinar as crianças e os adolescentes na Paraíba em meados de 1930.

Dessa forma, podemos evidenciar que a chamada infância delinquente é fruto de uma sociedade e de um Estado que produzem exclusão, que começaram a pensar em políticas públicas para a juventude através da doutrina da segurança nacional. As instituições disciplinares que reforçam um comportamento desejável e um corpo dócil para o trabalho são marcas de uma sociedade desumana e cruel.

Portanto, o nosso olhar para Pindobal inicia através de uma concepção de “Escola Rural” com o intuito de formar para o trabalho e vai ao encontro com indícios de uma política cujo objetivo é o controle e a disciplina. Dessa forma, o próximo capítulo tratará de pontuar o surgimento dessa instituição, vista como “regeneradora” sob a ótica social. Buscaremos, nas entrelinhas dos impressos e documentos catalogados, indícios da criação e funcionamento de Pindobal, de modo a orientar nosso olhar em direção aos sujeitos internos, crianças e adolescentes “indesejáveis”.

4 ESCOLA PROFISSIONAL PRESIDENTE JOÃO PESSOA: O SURGIMENTO DE UMA INSTITUIÇÃO "REGENERADORA"

Uma vida melhor para os meninos de Pindobal - Em trânsito pela cidade de João Pessoa, aceito uma sugestão do meu velho amigo José Leal para visitar a Escola Profissional “Presidente João Pessoa”, a velha Pindobal de tão triste memória e onde são segregadas as crianças, como bichos indesejáveis que fizessem cócegas na consciência dos senhores da sociedade, pressunhosos em afastá-los dos olhos que tudo percebem e das bocas prontas a gritar por uma melhor sorte para os infelizes de Pindobal. Encontrei a Escola dirigida por uma mulher, assistente social do SESC que, milagrosamente, tem conseguido equilibrar a falta de recursos médicos e educacionais solucionando por magia de amor e à custa de uma vontade férrel os grandes problemas que surgem, diariamente. [...]. (O NORTE, 1953, p. 2).

A publicação acima se apresenta como o primeiro contato que tivemos sobre a Escola Profissional Presidente João Pessoa (Pindobal), durante a primeira vigência do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), no período de 2016 a 2017, cujo projeto intitula-se: A educação e as educadoras nos jornais paraibanos do século XX: escritos *de* e *sobre* mulheres (1951-1956), com o Plano de Trabalho: O jornal comercial (O Norte) como fonte Histórica Educacional.

Diante desse escrito, partimos de alguns questionamentos e nos aproximamos de dois pontos: 1) Que instituição é essa? Qual sua função social? e Quais sujeitos são encaminhados para lá? 2) Quem é essa mulher, assistente social do SESC, responsável por dirigir essa instituição? Dessa forma, o presente trabalho desenvolver-se-á na primeira questão, deixando a segunda para estudos futuros.

Essas duas questões influenciaram diretamente a postura investigativa que tomamos a partir da primeira vigência do PIBIC, aguçando nosso olhar acerca da instituição e da educadora. Acreditamos que a educadora Jandira Pinto surge primeiro, por conta do objeto de pesquisa da iniciação científica, sendo a partir dessa publicação e dessa educadora que vamos em busca dos indícios da criação da Escola Profissional Presidente João Pessoa.

Nesse cenário, “Pindobal era um engenho pertencente a José Maria Xavier de Carvalho, que por ter feito parte dos revolucionários de 1817, teve seu engenho sequestrado. [...]” (RODRIGUES, 2008, p. 225). A propriedade de Pindobal foi adquirida em 1913 pelo governo do Estado com o objetivo de implementar um Centro Agrícola,

O dr. Castro Pinto, Governador da Parahyba, em telegrama dirigido ao sr. Ministro da Agricultura, communicou haver o Estado comprado as terras do Pindobal, das quaes fez prontamente entrega ao delegado fiscal, como

representante da Fazenda Nacional, afim de ser ali fundado, pelo Serviço de Protecção aos Indios e jocalização de trabalhadores Nacionaes, um centro agrícola, nos termos do regulamento desse serviço. (A FEDERAÇÃO, 1913, p. 03).

A publicação referida é do periódico A Federação: Orgam do Partido Republicano (RS) e aponta que o Dr. Castro Pinto, Governador da Parahyba, em telegrama ao Ministro da Agricultura, alegou ter comprado as terras de Pindobal (ver Figura XIII), com o objetivo principal de fundar um Centro Agrícola em Mamanguape.

[...] Obedecendo ao empenho de concorrer para o alevantamento da lavoura e protecção aos trabalhadores incultos, que são os nossos braços, e correspondendo também á distincção do Exm. Sr. Dr. Pedro de Toledo, Ministerio da Agricultura, adquiri a propriedade Pindobal, no município de Mamanguape, pela quantia de Rs. 45:000\$000, e dela o Estado fez doação ao Governo Federal sob a condição de fundar e manter este alli o Centro Agricola de Mamanguape, de cujo bom êxito não há que duvidar. As obras preliminares estão a cargo do competente profissional Engenheiro Civil Sr. Dr. Umberto Flores, que é secundado pela intelligente inspiração do Engenheiro Civil Sr. Dr. José Beserra Cavalcanti, Chefe do respectivo serviço naquele ministério, no Rio de Janeiro. (Mensagens do Governador da Parafba para a Assembleia, 1913).

Figura XIII – Ministério da Agricultura, Industria e Comércio.
Fonte: Relatórios do Ministério da Agricultura (RJ) 1915

RELATORIO DO MINISTRO DA AGRICULTURA		181	
Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio			
Proveniencia do dominio e data da incorporação	PARA QUE FIM FOI ADQUIRIDO	APPLICAÇÃO	OBSERVAÇÕES <i>compreendendo servidões e aus.</i>
Construido em Dezembro de 1910 pelo Ministerio.	Para officina de serralheiro.	Officina de serralheiro da Escola de Aprendizizes Artifices.	O terreno em que se acha construido pertence ao proprio estadual em que funciona a Escola.
Doada ao Governo da União pelo do Estado.	Para a installação de um Centro Agricola.	Séde do Centro Agricola de Mamanguape.	A escriptura de doação foi lavrada em 20 de Maio de 1913, em notas do tabellião Ignacio Evaristo, na Parahyba do Norte. A doação foi feita com a condição de fundar e manter alli o Governo Federal o Centro Agricola do Município de Mamanguape, e, caso o não mantenha ou o supprima, a mencionada propriedade voltará á posse e dominio do Estado.

Em maio de 1913, o periódico *Correio Paulistano* (SP) relata que, em breve, serão iniciados os trabalhos de adaptação da fazenda Pindobal para ser instalado o novo Centro Agrícola. No texto ainda apresenta a vontade de “ultimar o plano para a localização de trabalhadores estrangeiros preferencialmente, colonos portugueses” (1913). No mesmo período, o periódico *O Imparcial: Diário Ilustrado do Rio de Janeiro* (RJ) aponta a notícia de que serão iniciados os trabalhos de adaptação para o Centro Agrícola, e completa: “O director está traçando o plano de localização dos trabalhadores, devendo ser preferidos os colonos portugueses.” (1913).

Neste mesmo ano de 1913, o impresso *A Federação* (RS) aponta que o engenheiro Humberto Flores seria o responsável por dirigir os serviços para a fundação de um Centro Agrícola. No texto, também deixa claro que o objetivo do referido Centro seria de fundar um “asylo de mendicidade e uma escola correcional que até agora quando são condenados, são recolhidos a cadeia pública ou ao campo de demonstração, instituição federal.” (*A FEDERAÇÃO*, 1913).

Ainda como finalidade do Centro Agrícola, de acordo com os Relatórios do Ministério da Agricultura (RJ), esses centros devem se encarregar de desenvolver o trabalho na terra através da mão de obra dos “colonos nacionaes”. Conforme a figura a seguir, alguns, nessa época, “[...] já se acham prestes a ser inaugurados: taes são os do Maranhão, da Bahia, do Piauhy, da Parahyba e de Sergipe”. (1914).

Figura XIV – Centro Agrícola da Parahyba do Norte: Casa Destinada a Escola
Fonte: Relatórios do Ministério da Agricultura (RJ) 1914



As terras de Pindobal são doadas para a União com o intuito de que fosse fundado o Centro Agrícola em Mamanguape, “a escritura de doação foi lavrada em 20 de Maio de 1913, em nota do tabelião [...]. A doação foi feita com a condição de fundar e manter ali o Governo Federal o Centro Agrícola do Município de Mamanguape e, caso não mantenha ou suprima, a mencionada propriedade voltará à posse e domínio do Estado”. (RELATÓRIOS DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, 1915).

Figura XV – Centro Agrícola Mamanguape
Fonte: Relatórios do Ministério da Agricultura (RJ), 1923

Centro Agrícola Mamanguape — Achavam-se demarcados 27 lotes, sendo 14 na varzea e 13 na parte do terreno; dos lotes da varzea, 13 eram ocupados por colonos e um reservado para as pastagens; dos demais, só cinco estavam ocupados.

A colheita, em 1923, atingiu a 30:000\$000.

Do credito distribuido á Delegacia Fiscal da Parahyba, na importancia de 57:600\$, despendeu o Centro 47:216\$546, resultando um saldo de 10:383\$454.

A renda da venda de lotes aos colonos atingiu a 823\$343.

De acordo com a Figura XV, o Centro Agrícola está em pleno funcionamento, apresentando a configuração da terra demarcada. Essas terras, segundo a publicação, estavam sendo ocupadas por colonos, conforme o desejo da classe política nas publicações anteriormente apresentadas.

Em 1925, O Jornal (RJ) aponta que o Centro Agrícola de Pindobal é suprimido pela União. Na seção intitulada Carta dos Estados, a propriedade volta a pertencer ao Estado da Paraíba, como afirmam os seguintes dizeres: “Nos termos claros da escriptura que declara essa propriedade ao governo federal, reverteu ella ao domínio do Estado pela suspensão do Centro Agrícola.” (O JORNAL, 1925), não sabemos ao certo os motivos da devolução.

O Centro Agrícola deixa de funcionar com base nas orientações anteriormente expostas nas publicações e, em 1929, surgem vários anúncios sobre a criação de um “Aprendizado Agrícola em Mamanguape”, em diversos Estados e Municípios brasileiros, a saber:

- Gazeta de Notícias (RJ, 1929),
- O Paiz (RJ, 1929);
- O Jornal do Commercio (RJ, 1929);
- O Jornal do Commercio (AM, 1929);
- O Jornal (RJ, 1929);

- Correio Paulistano (SP, 1929);
- O Estado (SC, 1929);
- A Razão: Independente, Político e Noticioso (CE, 1929);
- O Município (AC, 1929).

Esses periódicos apresentam textos que muitas vezes se confundem. Em alguns impressos é apresentada a criação de um “Aprendizado Agrícola”, já em outros dá conta da criação de um “Centro Agrícola de Pindobal”. A partir de 1929, em todos os periódicos mencionados, o enunciado é o mesmo: A criação desta instituição tem o objetivo de “recolher os menores abandonados e delinquentes das ruas dando-lhes o ensino útil”.

É importante destacar que a instituição objeto deste trabalho, no início de sua criação, estava sendo denominada Centro Agrícola de Pindobal, cuja finalidade seria de “formar mão de obra para os trabalhadores incultos”, e, a partir de 1929, o nome que circula nos periódicos é “Aprendizado Agrícola”, agora com o objetivo de recolher os “menores delinquentes das ruas”.

No período de 1929 o setor agrário brasileiro sofre com o mercado externo, pois “[...] a renda aplicada no setor agrário responsável por essas exportações começou a ser desviada para a produção industrial voltada para o mercado interno. [...] Essa transferência se fez do setor tradicional para o moderno, ou seja, da área agrícola para a industrial”. (ROMANELLI, 1995, p. 48).

O modelo econômico no Brasil é modificado a partir desse período, mas, mesmo com as constatações de que os ganhos obtidos com o setor agrário não voltariam mais a serem consolidados da forma que eram na década anterior e de que o setor industrial estaria ganhando força. De acordo com os periódicos catalogados, ainda assim o Centro Agrícola de Pindobal é pensado através da ótica do trabalho agrícola, evidenciando que o principal objetivo desta instituição é, de fato, afastar as crianças e os adolescentes em situação de risco do convívio social, retirando-lhes das ruas e dando “um trabalho útil”, mesmo que esse trabalho não sirva para a sua profissionalização no Brasil industrial.

O Centro Agrícola é anunciado como um grande feito, como afirma o periódico O Campo (RJ), na seção intitulada, “Centro Agrícola de Pindobal”, apresentando a notícia de que por estes dias será inaugurado o Centro e que a instituição compreende o ensino agrícola e mecânico conforme a figura a seguir.

*Figura XVI: Centro Agrícola de Pindobal, na Parahyba.
Fonte: O Campo (RJ) 1930*



Nesse cenário, o primeiro diretor do Aprendizado Agrícola é o Professor Sizenando Costa, incentivador das Escolas Rurais e do trabalho agrícola como ação pedagógica: “No dia 16 tomou posse da propriedade de Pindobal (Mamanguape), onde será instalado um aprendizado agrícola para menores delinquentes e abandonados, o professor Sizenando Costa, nomeado para exercer esse cargo”. (O PAIZ, 1930). O periódico O Município (AC), em 1930, destaca o objetivo do Aprendizado Agrícola.

O aprendizado agrícola que o governo do Estado vai instalar na fazenda Pindobal, em Mamanguape, será dirigido pelo professor Sizenando Costa. Destina-se a recolher não só os menores abandonados como os delinquentes, afim de ministrar-lhes conhecimentos práticos de agricultura geral e industriais, podendo o tirocínio destas últimas ser feito na fábrica de Rio Tinto. O objetivo da fundação em apreço será preparar lavradores, encaminhando para a profissão manufactureira os menores que revelarem para a mesma uma inclinação especial. O governo cogita também em fixar em Pindobal um pequeno núcleo de colonização alemã, a começar com o estabelecimento de doze famílias. (O MUNICÍPIO, 1930).

Dessa forma, percebemos que os periódicos apresentam a mesma versão acerca da criação dessa instituição, uma visão hegemônica e até higienista, com o intuito de “retirar das ruas os menores delinquentes”. Essas crianças e adolescentes fariam parte de uma “classe “dissidente, pensada através da dualidade do bem e do mal; o imaginário social acerca desses sujeitos é forjado pelo “medo” social, como afirma Foucault (2015),

Têm-se o costume de descrever esse medo social, primeiramente, como essencialmente ligado ao processo de urbanização, ou seja, à chegada às cidades de toda uma população flutuante, expulsa pela pobreza e pelo novo regime da propriedade, população já desempregada, perigosa e marginal, oposta à da população laboriosa. (p. 158).

Pindobal seria, então, a instituição que deveria “conter” essa população. Em agosto de 1930, com a morte do Presidente João Pessoa, os impressos anunciam em inúmeros periódicos, com grande comoção, o seu funeral. O Correio da Manhã (RJ), em sua primeira página, apresenta os seguintes dizeres: *Os Funeraes de João Pessôa – Foi importante a cerimonia de transladação do corpo do heroico presidente da Parahyba para o cemitério de S. João Baptista – Colossal massa popular tomou parte do cortejo, que chegou à necrópole de Botafogo cerca de 4 horas da tarde.*

Figura XVII: *Os Funeraes de João Pessôa*

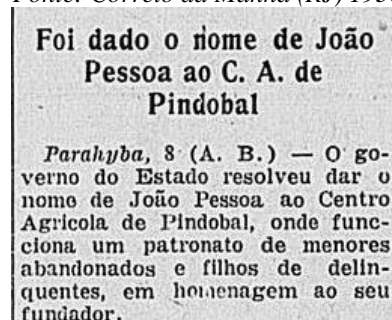
Fonte: *Correio da Manhã (RJ) 1930*



A publicação da primeira página do Correio da Manhã (RJ) continua em sua terceira página com o seguinte anunciado: “Foi dado o nome de João Pessoa ao C. A. de Pindobal, Parahyba, 8 (A. B.) – O governo do Estado resolveu dar o nome de João Pessoa ao Centro Agrícola de Pindobal, onde funciona um patronato de menores abandonados e filhos de delinquentes, em homenagem ao seu fundador.” (CORREIO DA MANHÃ, 1930).

Figura XVIII: *Foi dado o nome de João Pessoa ao C. A. de Pindobal*

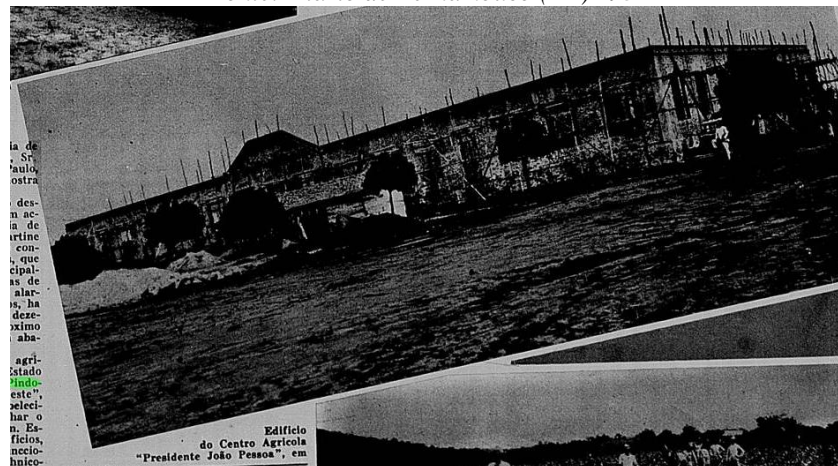
Fonte: *Correio da Manhã (RJ) 1930*



O Centro Agrícola, como apresentavam alguns periódicos, passou a imortalizar o nome do Presidente João Pessoa. No Diário de Pernambuco (PE), em uma publicação de 1931, na seção de Estudos & Opiniões, matéria intitulada “Do Grande Presidente”, são destacados os grandes feitos do Presidente João Pessoa no Estado, dentre eles a criação do Centro Agrícola de Pindobal, sendo este destinado aos “menores infratores”.

Em 1934, no Diário de Pernambuco (PE), na seção de Assuntos do Nordeste, o Centro Agrícola já aparece com o nome de “Centro Agrícola Presidente João Pessoa” e que suas instalações estariam sendo construídas para acolher cerca de 240 menores. A publicação ainda dá conta da configuração do espaço físico, relata que o projeto geral é de autoria do Dr. Leon Clerot e que o serviço de construção está a cargo da diretoria de Obras Públicas.

*Figura XIX: Edifício do Centro Agrícola “Presidente João Pessoa”
Fonte: Diário de Pernambuco (PE) 1934*



O surgimento da Escola Profissional Presidente João Pessoa é pautado por concepções distintas e que, por vezes, misturam-se ao pontuarmos sobre os termos adotados pelos periódicos para denominar a instituição (Centro Agrícola, antes de 1929; Aprendizado Agrícola, em 1929, e Centro Agrícola Presidente João Pessoa, após 1930). São nomenclaturas forjadas através do objetivo da instituição, utilizando do ensino “útil aos trabalhadores incultos”, incluindo o trabalho de imigrantes estrangeiros, até chegar ao objetivo de “recolher os menores delinquentes das ruas” e de realizar práticas correcionais para imobilização desses sujeitos vulneráveis.

Nesse sentido, a seguir abordaremos sobre o público alvo, quem seriam essas crianças e esses adolescentes encaminhados até a instituição e qual seria a função social e a prática pedagógica adotada pela instituição, com base nos impressos.

4.1 Sujeitos internos: os menores "transviados" da sociedade

O saudoso presidente João Pessoa, ao assumir o governo da Parahyba, atentou no problema da vadiagem infantil e dele fez um dos pontos do seu largo, generoso e profícuo programa de governo, criando logo o Centro Agrícola de Pindobal, em Mamanguape, para educação dos menores abandonados. O estabelecimento vem prestando excelentes serviços à sociedade, tornando elementos úteis menores transviados que, sem o amparo e a educação que ali recebem, resvalariam para a delinquência, para a senda do crime. Ali recebem, os jovens brasileiros recolhidos, a par da educação moral, cívica e profissional, instrução militar e aulas de letras. O Sr. Antenor Navarro, actual interventor federal na Parahyba, mudou o nome da colônia de menores para Centro Agrícola Presidente João Pessoa, prestando assim uma homenagem justíssima à memória do seu fundador. (A NOITE, 1931).

A epígrafe citada é uma publicação de 1931, encontrada no periódico A Noite: Suplemento: Secção de Rotogravura (RJ), acompanhada de uma fotografia das crianças e adolescentes e do título: “Uma Bella Fundação em João Pessoa na Parahyba”. Esta publicação é a primeira imagem sobre a instituição, contendo fotografias dos internos no refeitório.

*Figura XX: Uma Bella Fundação de João Pessoa na Parahyba
Fonte: A Noite (RJ) 1931*



A Figura XX, que apresenta as crianças e os adolescentes no refeitório, todos amontoados, denota o esforço do poder público de aplicar as sanções de encarceramento nesses sujeitos, mesmo que a estrutura não consiga atender a todos. Tal imagem está acompanhada de um texto que apresenta uma matéria sobre Pindobal, seus alunos e os serviços realizados por eles na instituição. Segundo os escritos, a escola tornaria os menores “elementos úteis à sociedade”.

[...] Dirigido pelo professor Sizenando Costa, o centro educa actualmente cerca de trezentos menores, que praticam o plantio e o trabalho de toda espécie de produtos, notadamente os que são typicos da região. São obreiros que, de futuro, poderão contribuir vantajosamente para o desenvolvimento da

agricultura da Parahyba. Mercê dos conhecimentos agrônômicos que lhes são ministrados. Os aspectos que estampamos dão idéa da ordem e da efficiency da Colonia de Mamanguape. (A NOITE, 1931).

Essa publicação apresenta algumas pistas de como a instituição é pensada. Percebemos que na imagem não consta nenhuma jovem do sexo feminino, embora os impressos não discorram explicitamente se a instituição é voltada para os menores do sexo masculino ou a todos os gêneros.

Na mesma publicação, encontramos outra fotografia dos menores, agora todos fardados e alinhados para uma demonstração de ordem e disciplina, características de uma formação militar.

Figura XXI: Uma Bela Fundação de João Pessoa na Parahyba 2
Fonte: A Noite (RJ) 1931



A Figura XXI mostra que a parte externa da instituição está marcada por duas concepções de como conceber a educação desses menores: 1) Os vasos com mudas à frente destacam o trabalho agrícola e a formação de mão de obra para o campo; 2) O fardamento militar e o enfileiramento típico de um ensino militarizado apresenta ao público a ordem, a obediência e a disciplina a que esses sujeitos são submetidos. Estas duas correntes misturam-se e dão lugar ao ensino agrícola, atravessadas as práticas correcionais pela educação militarizada.

Em 1936, com o governo de Argemiro de Figueiredo, em publicação no Diário de Pernambuco (PE), o interventor fala sobre o programa de melhoramento público e aponta a obra para reformar a “Escola Correcional Presidente João Pessoa”. A instituição, nesse texto,

já surge com um nome diferente dos anos anteriores e ainda aponta o interventor que o reformatório se destina “aos menores delinquentes e anormaes”.

*Figura XXII: Sr. Argemiro de Figueiredo Governador da Parahyba.
Fonte: Diário de Pernambuco (PE) 1936*

Pindobal é uma Escola modelo para menores delinquentes. Ha officinas para preparar mechanicos, sapateiros, carpinteiros e varios outros officios, além de instrucção adequada a anormaes.

No mesmo período e periódico, é divulgada a vinda do Padre Guido Barra, da ordem dos Salesianos, com o objetivo de entregar a administração da “Colônia Agrícola de Pindobal”, outro termo para referir-se à instituição.

Ainda em 1938, no Jornal do Brasil (RJ), em uma publicação do Dr. Lauro Wanderley, médico da assistência hospitalar, a instituição aparece com outro nome, “Escola Comercial de Pindobal”. Segundo a publicação, havia uma intenção de transformá-la em Liceu de Artes e Ofícios, especialidades dos padres salesianos. Nesta publicação, evidencia-se que a instituição estava sendo administrada pelos padres.

É importante destacar que a indefinição identitária sobre a instituição, percebida através da leitura dos impressos, impressiona. A mudança constante das nomenclaturas também dificulta o trabalho de pesquisa, mas, sobretudo, aponta uma crise para definir qual o trabalho pedagógico que essa instituição defende.

As tentativas de aproximar inúmeras entidades e sujeitos para dirigir essa instituição também reforçam a crise identitária da instituição, tendo, em um dado momento, o intelectual Sizenando Costa como diretor de Pindobal, em defesa do ensino técnico agrícola; em outro momento, observamos o militarismo, apresentado como garantia de uma educação disciplinada; e, por fim, os padres salesianos, especialistas em uma educação eclesial voltada para o ensino de artes e ofícios. Todos esses modelos estão destacados em menos de dez anos da criação desta instituição. Essa indefinição identitária talvez seja reflexo do equívoco pensado através do seu mentor, o professor Sizenando Costa, em persistir em um ensino agrícola rudimentar e fragilizado em plena década de 1930.

Nesse cenário, em 1940, no periódico A Batalha (RJ), é apontado que a Escola Profissional de Pindobal entrou em entendimento com Henrique Van Horrst, da congregação do Coração de Jesus, para assumir a direção da Escola Profissional em Pindobal, padre que, de acordo com o texto, dirige uma instituição semelhante em Pernambuco.

Figura XXIII: Sera' dada a Nova orientação a Escola Profissional de Pindobal
 Fonte: A Batalha (RJ) 1940



Conforme observamos nos impressos, as crianças e adolescentes encaminhados à Escola Profissional Presidente João Pessoa são sujeitos vistos socialmente como seres “anormaes”, “delinquentes”, “vadios”, “transviados”; todas essas nomenclaturas são abordadas para defender o encarceramento desses sujeitos publicamente. São crianças e adolescentes que estão sendo submetidas ao disciplinamento militar, ao ensino profissional agrícola e ao ensino religioso. Todos esses direcionamentos pedagógicos têm por objetivo disciplinar e corrigir atitudes socialmente vistas como perigosas. Portanto, os sujeitos que são levados à Escola Profissional Presidente João Pessoa são “elementos” que precisam tornar-se úteis à sociedade da época, produzindo, sendo educados para o civismo e obedientes aos dogmas religiosos.

4.2 Escola Profissional Presidente João Pessoa (1950): Narrativas do *O Norte*

O Jornal *O Norte* é um órgão da imprensa comercial na Paraíba e é a partir deste impresso que iniciamos a investigação sobre a Escola Profissional Presidente João Pessoa. De acordo com Leal (1962), *O Norte* apresenta-se com um renomado programa de renovação do periodismo, idealizado por Orris Soares e Oscar Soares (1908), mostra-se como apartidário, mas, posteriormente, passa a defender a corrente epitacista até o seu fechamento, com a duração de onze anos. Em 1950, agora “renovado”, com páginas cuidadosamente organizadas, bem impressas e redigidas, passa a ser o principal órgão de imprensa comercial da época.

O movimento da imprensa brasileira tem suas peculiaridades, pois os periódicos, em especial o *Jornal O Norte*, acabam tornando-se importantes campos de veiculação da

“verdade”, assumindo posições defendidas por jornalistas que acreditam serem a própria personificação do texto. Segundo Barbosa (2007, p. 158),

O jornalismo é considerado um trabalho intelectual, [...] adjetivam-no como um processo criativo próximo da arte, com fortes aproximações com a literatura. Outros vão mais além e acreditam no papel do jornalista como educador.

De acordo com Bourdieu (1980 apud BARBOSA, 2007, p. 158-159),

As reformas da década de 1950, introduzindo no dizer dos jornalistas – a partir da técnica – a mítica da neutralidade e da objetividade, a rigor, servem para impor uma dada representação aos jornalistas para si mesmos, investindo naquilo que Bourdieu (1980) afirma ser lutas por classificação.

Dessa forma, as páginas do jornal *O Norte* estão muito mais preocupadas em veicular determinada “verdade”, vinculando a mítica da neutralidade a seus jornalistas e a sua atividade econômica, do que pôr em debate questões sociais importantes sobre diferentes óticas, a exemplo da problemática vivenciada pela infância pobre na Paraíba.

A Escola Profissional Presidente João Pessoa (Pindobal), na década de 1950, continua sendo vista sob a ótica da “instituição regeneradora de menores delinquentes”, pelo trabalho e pelo trabalho agrícola. Nos impressos de 1954, constatamos indícios das instalações físicas da Escola Profissional Presidente João Pessoa, “Visitei todas as dependências da Escola sonhada pelo grande João Pessoa e vi de perto”. Como vemos,

Diretoria. - Secretaria. - Capela (construída pelo ex Diretor Padre Geraldo, em colaboração com a L.B.A). - Enfermaria e sala de curativos, com enfermeiros tirados dentre os meninos). - Carpintaria. - Gabinete Dentário (adquirido pelo ex-diretor Lucas Rangel). - Sapataria. - Rouparia. - Alfaiataria (já agora com suas máquinas SINGER reformadas dor determinação do dr. Oscar de Castro). - Salões de Aula (caiadados de novo e pintados pelos alunos). - Padaria (já agora em pleno funcionamento pelos alunos. Isto porque mais ou menos, há seis anos não funcionava). - Refeitório (sem mais os bolões de pirão pregados no fôrro). - Cozinha. -Estábulo (onde as vacas estão sem a peste de carrapatos de outrora, livres do lamaçal, por que Jandira mandou limpar e colocar areia...) - Casa de farinha (em pleno funcionamento pelos alunos). - Turbina. - Olaria.- Pocilga. - Esporte Clube Pindobal (ex presídio, hoje Clube Recreativo, cheio de bandeiras de todas as cores, e estampas dos principais jogadores de futebol do Brasil, ping-pong, damas xadrez etc., etc.). - Campo Agrícolas (com áreas cultivadas em colaboração com os alunos) [...]. (O NORTE, 1954).

As páginas do *O Norte*, além de descreverem as instalações físicas da instituição, também tecem um olhar mais profundo sobre as crianças e os adolescentes internos. Se antes as publicações que constatamos dão conta apenas de especificidades físicas das instalações, agora algumas delas apresentam-nos algumas problemáticas vivenciadas pela instituição ao longo de sua criação.

Sobre o problema da infância e os sujeitos levados à Pindobal, a colunista Clélia Silveira destaca que,

[...] Naquele mundo esquecido, estão internadas 162 crianças maltrapilhas vindas de todos os recantos do Estado da Paraíba pelos mais variados motivos. Não quero falar aqui nos erros que provocaram o seu internamento em Pindobal, pois a falta básica está na miséria onde nasceram e foram criados como flores abandonadas e pisadas pela indiferença e muitas vezes pela intolerância de criaturas responsáveis, possuidoras de cursos superiores, mas que não procuram solucionar, humanamente, os problemas da infância [...]. (O NORTE, 1953).

A colunista faz duras críticas ao poder público e sua ineficácia. Destaca que as crianças encontradas são de todos os recantos do Estado, e pelos mais variados motivos acreditamos que esses sujeitos são, inclusive, retirados das ruas dos centros urbanos, sendo levados até o Município de Mamanguape e internados em Pindobal. Ainda sobre os sujeitos internos, Clélia Silveira continua,

[...] A' Pindobal não são levados apenas os delinquentes. A maioria é composta de crianças desajustadas, algumas desprezadas pelos parentes, outras portadoras de pequenos defeitos. Encontrei até meninos parentes de figurões da política atual, como um pequenino Vital Duarte [...]. (O NORTE, 1953).

Esse trecho destaca que a instituição é de fato um local de encarceramento das crianças e dos adolescentes “indesejáveis”, pois todos aqueles que são encaminhados para lá não são necessariamente “criminosos”, como justificam os impressos no momento de sua criação, mas sim sujeitos que estão à margem da sociedade, perambulando pelas ruas. Esses sujeitos são crianças e adolescentes que foram abandonados por seus pais por diversos motivos, por não terem lar, foram encaminhados a essa instituição e lá são vistos socialmente como “criminosos em potenciais”.

Na mesma publicação, Clélia Silveira traz uma fotografia das crianças e jovens na área externa de Pindobal.

Figura XXIV: Estes são os meninos maltrapilhos que vivem em Pindobal
Fonte: O Norte (PB) 1953



A Figura XXIV mostra que existe uma nova direção e concepção pedagógica na instituição. As crianças e os adolescentes não estão mais usando fardas militares, com camisas abertas e pés descalços, embora pareça que estejam enfileirados, talvez para permanecer a visão de ordem e disciplinamento que este lugar deva transparecer socialmente. Em continuidade, Clélia Silveira aponta que a falta de verba é o maior problema para a instituição manter-se em funcionamento.

A Escola Profissional “Presidente João Pessoa”, dotada, apenas, com Cr\$ 15.000,00 (quinze mil cruzeiros) mensais, para todas as despesas, não pode, portanto, proporcionar aos seus pequeninos internados o que lhes deve a sociedade e os poderes constituídos. Em caso de socorro médico o único transporte da Escola que é o seu velho caminhão com as molas frouxas, sem o amparo de uma verba de combustíveis, lubrificantes, peças e reparos, não poderá, desta maneira transportar o acidentado, o doente grave e outros casos de urgência. [...] Abro também um parágrafo para louvar o trabalho das VOLUNTARIAS, senhoras da nossa melhor sociedade que, espontaneamente, se dispuseram a trabalhar para os meninos de Pindobal, pensando, certamente, nos seus pequeninos filhos tão felizes e longe daquele mundo perdido. Todo esforço empregado por essas dignas Voluntárias, merece nossas melhores manifestações de estímulo e encorajamento. Estou certa de que esse magnífico trabalho se ampliará e a sociedade paraibana não deixará que outros Estados do Brasil, como o vizinho Estado de Pernambuco tome conhecimento das necessidades dos pequeninos de Pindobal e os jornais recifenses não mandem os seus repórteres para gritar em todos os recantos da nossa terra que a enfermaria de Pindobal não possui sequer algodão para um simples curativo. (O NORTE, 1953).

Ao comentar sobre a falta de verba e os problemas vivenciados pelos sujeitos internos, Clélia Silveira demonstra a preocupação com a imprensa de outros Estados, a exemplo dos jornais de Pernambuco, deixando claro que macularia a imagem do Estado paraibano diante de tamanho problema e ingerência do poder público em manter os serviços em Pindobal. Sobre os problemas estruturais e a falta de verba, Clélia Silveira afirma que,

[...] As máquinas para a confecção de tijolos continuam engradadas e paradas por falta de verba. Os alunos não dispõem de cadernos, livros, lápis e outros objetos escolares, por falta de verba. A carpintaria está fechada, por falta de material. Os meninos tomam chá, ao invés de café, por falta de verba. Estão todos com as calcinhas rosas, os paletós esfarrapados, ofendidos em seu (ilegível) e tiritando de frio, por falta de verba. A maioria dos garotos levam furadas nos pés em tócos de pau, cacos de vidro, pedras ponteadas, por falta de verba para comprar alpercatas. Aqueles que adoecem não tem tratamento adequado, por falta de verba. Enfim é um constante (ilegível) de misérias, diante da verba ridícula concedida à Escola Profissional “Presidente João Pessoa”. [...] (O NORTE, 1953).

Ao final da publicação, percebemos o real interesse da veiculação desta matéria. Além de denunciar as problemáticas vivenciadas pelas crianças e adolescentes internas, o intuito seria de também pressionar os deputados da Assembleia Estadual em aprovar um orçamento para a instituição que atenda a esses sujeitos.

[...] Já está sendo discutido o orçamento para 19 (ilegível) e no mesmo foram incluídas verbas destinadas a um amparo mais justo para aqueles filhos de ninguém, como verba 2-24 – Para obras e instalações – Cr\$ 12.000.00, verbas 3-31 – Para combustíveis, lubrificantes, peças e reparos Cr\$ 20.000.00. DROGAS E MEDICAMENTOS Cr\$ 12.000.00 – Alimentação Cr\$ 360.000.00, Material de expediente – Cr\$ (ilegível) sanitários – Cr\$ 50.000,00. Verba 4-48 – Telefone e correspondência Cr\$ 600,00. A aprovação dessas verbas na Assembleia é esperado pelos segregados de Pindobal. E confio no espírito dinâmico do Presidente da Assembléia Estadual, deputado Tertuliano Brito, em deputado como Pedro Gondim, Ivan Bichara, no boníssimo Pastor Firmino para a concretização da vinda de melhores dias para os nossos infelizes irmãos [...]. (O NORTE, 1953).

Os escritos de Clélia Silveira sobre Pindobal surgem como denúncia e como anúncio por dois motivos: o primeiro é o de apontar a necessidade de verbas para a continuidade das atividades dessa instituição, pressionando inclusive os deputados estaduais; o segundo é para anunciar que a Escola estava sendo dirigida por uma mulher, normalista e assistente social, e que seria através dela que esses sujeitos teriam conhecido a amorosidade. Assim,

[...] a experiência vem mostrando, pelos seus bons frutos, que a mulher vence, com o seu instinto maternal e a sua larga compreensão dos problemas da infância, com a sua acuidade feminina, principalmente quando essa acuidade foi refinada por um brilhante curso de assistência social, nesse árido terreno onde fracassam tantos homens por ignorar a maioria deles que só o amor constrói para a eternidade, só o amor conquista as almas rebeldes e conquista os criminosos mais endurecidos. É assim que, dando senso de responsabilidade, depositando um patrimônio de honra e confiança nas mãos calejadas como incorrigíveis, malandras, criminosas por outros diretores, conseguiu dar a atual diretora calor humano àqueles pequenos já que não lhes pode dar cobertores, remédios, material escolar e instrumento de trabalho esse trabalho tão necessário à higiene mental, principal corretivo para os seus defeitos. [...]. (O NORTE, 1953).

Novamente Clélia destaca o perfil das crianças e adolescentes encaminhadas à Pindobal:

[...] Não vi criminosos na Escola Profissional “Presidente João Pessoa”. Observei, apenas, que aquelas bocas deformadas pelas blasfêmias, pelo rito de ódio e ceticismo, já ensaiam sorrisos tristes, arremedados de sorrisos às promessas de felicidade e começam a viver a sua infância mutilada de crianças que nasceram dentro da exploração e numa idade em que deviam manusear a cartilha já trabalhavam alugado e copiavam os erros dos mais velhos. As crianças de Pindobal estão certas de que não existem apenas espancamentos, solidão, miséria e fome. Aquelas crianças já não recuam diante da mão que se move para a carícia, tão acostumados estavam em levantar os magros bracinhos para proteger o rosto das pancadas dos brutos e inconscientes que não se compadeciam diante do sofrimento de pobres seres indefesos [...]. (O NORTE, 1953).

Clélia Silveira prossegue fazendo uma denúncia e afirmando que, naquela instituição, existiam crianças e adolescentes submetidos a métodos correcionais, aplicados pelos antigos diretores, e afirma que as fugas teriam diminuído com a chegada da nova diretora. Ainda de acordo com a colunista,

[...] Baixou, sensivelmente, o número das fugas que atingiu até maio do corrente ano, trinta e cinco crianças, por mês, passando em junho para 2 e em julho limitando-se a uma. E nunca os meninos estiveram tão disciplinados, o que vem provar a ineficácia desses corretivos. Soube de casos clamorosos ocorridos em passadas direções, como o espancamento de um menino convalescente de uma apendicectomia e que teve os pontos rebentados, ficando em estado grave. Isto feito por um médico bêbado e irresponsável e que também se arvorava a diretor da Escola, aproveitando-se do cargo para descarregar as suas taras e recalques inconfessáveis. [...] (O NORTE, 1953).

Nesse cenário, encontramos, ainda, indícios de alguns métodos educativos propostos pela nova diretora, a senhora Jandira Pinto. Os escritos ressaltam a organização das atividades diárias e como são pensadas as tarefas na instituição. Clélia Silveira destaca que,

[...] Os garotos são distribuídos em grupos dirigidos pelos alunos líderes que são chamados capitães, compenetrando-se das suas funções e responsabilidades com um fervor e zêlo, capaz de causar inveja aos nossos representantes do povo e dirigentes da Nação, tão apáticos e indiferentes ante o problema inadiável da assistência à infância. Ninguém de sensibilidade e possuídor desse sagrado irêmita que nos mostra a parcela de responsabilidade inerente a todo ser humano diante do seu irmão, tenha testemunhado a luta titânica daqueles pequenos seres que para se libertar, nascidos dentro da lama, perseguidos por toda sorte de desajustamentos e misérias. Comove o esforço gigantesco daquelas criaturinhas tentando, num desajeitamento enternecedor, ajudar a sua diretora a quem, espontaneamente, pedem a benção como a uma mãe protetora, carinhosa e compreensiva. Mãe que sofre quando é obrigada a tomar uma medida mais enérgica, a privar o capitão da sua imaculada farda branca, símbolo de autoridade. Porque os capitães realmente colaboram com a direção. Constituindo os auxiliares de Jandira Pinto para proporcionar uma vida de unidade, uma vida sadia e mais bela aos que já começaram suas existências de uma maneira tão triste! Capitães da Escola Profissional “Presidente João Pessoa”, capitão Severino Barbosa da Silva, capitão Paulo Miguel da Silva, capitão Horácio, enfim todos capitães cujos nomes não me ocorrem no momento, estamos confiantes em vocês. [...] (O NORTE, 1953).

Os métodos de Jandira trazem uma espécie de hierarquização através da escolha dos capitães, talvez por serem crianças e adolescentes “comportadas”. Essa forma de conceber os sujeitos de Pindobal reforça uma característica ainda militarizada da disciplinarização, fazendo com que os próprios internos repreendam os seus pares através da farda branca e do título de Capitão. Clélia Silveira continua,

[...] O bravo povo da Paraíba espera que vocês ajudem essa mulher, cansada e sentimental, que é a sua diretora a espancar a escura noite de opressão e pesadelo que caiu sobre os menininhos que dantes eram conhecidos pelos números, eram anulados por esses números ou chamados por apelidos grosseiros de Calangro Assaddo, Catabí, Vinte e um Dedos, José do Sapo, Esses meninos já tão calejados na miséria que nem sequer se revoltavam contra esses apelidos, e aceitavam, passivamente, as maiores injustiças. Repito que não vi criminosos em Pindobal e sim alminhas infelizes e exploradas onde pode germinar a maravilhosa semente do Bem [...]. (O NORTE, 1953).

Partindo dessas informações, percebemos que Pindobal é uma instituição que passou por diversas orientações pedagógicas e administrativas, modificando o próprio nome três ou quatro vezes. Através das páginas da imprensa, percebemos que a professora Jandira Pinto é tratada com bastante prestígio, sendo denominada de “reformadora modelo”.

Acerca dos antigos diretores e seus métodos não possuímos muitas informações, pois os impressos não discorrem sobre eles, sabemos apenas que, na década de 1950, Pindobal é vista com grande otimismo através dos métodos de Jandira Pinto.

Figura XXV: Pindobal Resurge com Jandira Pinto

Fonte: O NORTE (PB) 1954

em 1952. Agora, na sua fase final, a história tem merecido aca-

Pindobal Resurge com Jandira Pinto

José Fernandes de Lima não mede sacrifícios para Pindobal — O amor da diretora pelos menores delinquentes — Jandira crê na regeneração do menor transviado — Um campo de arroz para Pindobal — Presídio transformado em clube recreativo — A confiança dos alunos — Necessidade de uma equipe de professores

Primeira de uma série de duas entrevistas
Notas de Zenith CARTAXO — (Para O NORTE)



A nossa reporter entrevistando a diretora da Escola de Pindobal.

Cheguei de surpresa em Pindobal. Às primeiras horas da manhã. Soube de pronto, pela sua Diretora, que antes de mim, como ave migradora, já lá estivera o Dr. José Fernandes de Lima, acompanhado dos drs. Pedro e Cordeiro. Cheio de entusiasmo, Jandira, sob o Agostinho Evandro Ribeiro. Fico o dr. José Fernandes estudar o local para um grande campo de arroz, em terras de Pindobal — medida previdencial que poderá assentar as bases da emancipação econômica da grande região. Escola de Formação profissional. E aqui, diga-se de passagem, vale a pena ressaltar o carinho com que o dr. José Fernandes encara os casos de Pindobal.

Há dois homens públicos na Paraíba vivamente empenhados em solucionar os problemas de interesse vital para aquela Escola: Oscar de Castro, de D. S. S., e José Fernandes de Lima, Secretário da Agricultura — é o que se constata.

(Continua na 5a. pag.)

Marchas e Contra M

Violentos ataques na Câmara de S. Paulo desfechados contra Garcez, Lucas Garcês

SAO PAULO, 20 — Violentos ataques foram dirigidos na sessão de ontem da Câmara de Vereadores, pelo dr. Cesar Artur de Azevedo, Getúlio Vargas, Lúcia, da bancada de PDC contra Garcez e João Goulart. O parlamentar pedecista dirigiu-se em termos insultuosos ao Presidente da República, Ministro de Trabalho e G. verificador do Estado, afirmando que «Garcez, seguindo a orientação de Lúcia»

Dessa forma, o surgimento da Escola Profissional Presidente João Pessoa é marcado por inúmeras questões, tanto do ponto de vista de sua finalidade, como também dos sujeitos encaminhados até essa instituição. Sendo assim, nosso intuito foi de analisar a história e memória da Escola Profissional Presidente João Pessoa, através do texto impresso, partindo das narrativas dos periódicos coletados.

A partir das fontes analisadas e dos impressos coletados, destacamos que a instituição objeto deste estudo possui a característica de ser um espaço para o ensino agrícola, versando nas práticas correcionais. Essas duas óticas consolidaram-se durante anos, sendo modificadas com a chegada da educadora Jandira Pinto, na década de 1950.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do exposto, acreditamos que este trabalho está vinculado aos desafios e problemáticas da História da Educação paraibana e da Educação do Campo, pois, ao desvelar as histórias e memórias da Escola Profissional Presidente João Pessoa, traçamos um caminho teórico-metodológico sobre a instituição e os seus sujeitos. É com base na História Cultural e em elementos do Paradigma Indiciário que contornamos os subsídios desta pesquisa e conceituamos as Escolas Rurais na Paraíba no período de 1930 e também a criação de Pindobal.

Dessa forma, os indícios que apontamos através da obra *A Escola Rural* do professor Sizenando Costa (1941) são pontos de partida para pensarmos, sob a ótica deste intelectual, em qual seria a finalidade das instituições rurais, em especial, a Escola Profissional Presidente João Pessoa. Sizenando, por ser o primeiro diretor e incentivador deste modelo de ensino, apresenta-nos pistas de como essa instituição deveria ser concebida e de como orientava as suas práticas.

Identificamos, então, que as instituições rurais na Paraíba, no período estudado, são espaços educativos que defendem o trabalho agrícola como ponto de partida do trabalho pedagógico. Partindo da prática agrícola através da relação com a terra é que os alunos dessas instituições seriam educados, deixando de lado o ensino “livresco” e repetitivo dos métodos tradicionais.

Essa educação é destinada aos jovens pobres filhos da classe trabalhadora, baseada em uma concepção que surge para conter os elevados índices migratórios do campo para o urbano e, assim, diminuir a criminalidade da época. Mas também é uma educação que forma uma parcela da população em um trabalho socialmente desprestigiado, sendo esses jovens os responsáveis pelo futuro da nação e pelo desenvolvimento econômico a partir do trabalho agrícola.

Nesse sentido, as escolas rurais carregam concepções pedagógicas que consideram o trabalho agrícola como ponto de partida e de chegada para uma boa educação. A partir dos impressos coletados e analisados, percebemos, ainda, que essa educação está “a serviço” dos jovens pobres apenas para que estes não se tornem criminosos em potenciais.

A Escola Profissional Presidente João Pessoa (Pindobal) está localizada no Município de Mamanguape e é uma das primeiras instituições na Paraíba com o objetivo de encarceramento dos jovens pobres; instituição concebida a partir da visão de uma Escola Rural, aplicando o trabalho pedagógico a partir do trato com a terra e de seus mecanismos de desenvolvimento local da agricultura mecânica e do trabalho agropastoril.

Nesse cenário, escolhemos as fontes impressas (jornais) para entender melhor qual é a função social dessa instituição e para quais sujeitos ela estava sendo destinada. Encontramos, nos impressos, indícios de uma instituição vista como “regeneradora de menores”, local onde seriam despejadas as crianças e os jovens indesejados, aqueles que a sociedade gostaria de esconder.

Pontuamos, inclusive, que Pindobal assume traços de instituição higienista, pois, ao localizar-se em um município do campo, as crianças e os jovens encaminhados para lá seriam isoladas do convívio social, “escondidas” e trancafiadas em uma instituição correccional. Constatamos, também, que a finalidade principal da escola era corrigir os menores “desajustados”, entretanto, identificamos através dos impressos que não existiam criminosos, como se pressupunha nos enunciados de sua criação, os periódicos catalogados apontam que a maioria das crianças encaminhadas para lá eram jovens pobres que estavam nas ruas e acabaram sendo aprisionados.

A partir das fotos que encontramos, constatamos que a instituição atende a jovens do sexo masculino e de maioria negra. Os rostos sérios apresentam, muitas vezes, a forçosa necessidade de concebê-los como sujeitos disciplinados, o fardamento e o enfileiramento são para mostrar à sociedade que esses jovens estão sendo submetidos às regras e aos moldes do disciplinamento. Seus corpos não são mais seus, pertencem agora à instituição que apresenta a sua versão de sujeitos sob controle.

Pindobal é uma instituição de aprisionamento dos jovens pobres, desenvolve práticas que versam entre o ensino agrícola profissional e as medidas disciplinares para o controle de seus corpos. É pensada sob a égide do Estado, da Igreja e do Militarismo, tendo em vista todas as pessoas que passaram por sua direção. Dessa forma, esta pesquisa sugere continuarmos a investigar uma história ainda pouco conhecida.

Portanto, é a partir dos indícios encontrados nos impressos catalogados que desenvolvemos esse estudo e convidamos a todos e todas que se interessaram por esta temática ou que conheceram, de alguma maneira, a instituição supracitada a dar continuidade a esta investigação, pois os seus desdobramentos jamais foram previstos. Acreditamos que esse trabalho contribui para enunciar a história e memória de Pindobal, como também para pontuarmos a importância dos estudos das Ciências Humanas para o desenvolvimento humano de cada sociedade.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, José Carlos Souza; SCHELBAUER, Analete Regina. **História da educação pela imprensa**. Campinas: Editora Alínea, 2007.

BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa: Brasil, 1900-2000**. Rio de Janeiro: Mauad X Editora, 2007.

BOGDAN, R.C.; BIKLEN, S.K. **Investigação Qualitativa em Educação**: Uma introdução à teoria e aos métodos. Tradução de Maria João Avarez, Sara Bahia dos Santos e Telmo Mourinho Baptista. Porto – Portugal: Porto Editora, 1999.

BORGES, Vavy Pacheco. **O que é história**. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

CHARTIER, Roger. A história cultural: **entre práticas e representações**. Tradução por Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel, 1990.

CHARTIER, Roger. A história hoje: dúvidas, desafios e propostas. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, 1994, v. 7 n. 3, p.97-113.

COSTA, Sizenando. **A Escola Rural**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1941.

FOUCAULT, Michel. **Sociedade Punitiva: curso no Collège de France (1972-1973)**. Tradução Ivone C. Benedetti. São Paulo: Ed. WMF Martins Fontes, 2015.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramallete. 42. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. Trad. Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício**. Trad. Rosa F. D'Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição**. Trad. Maria B. Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

JANOTTI, M. de L, O Livro fontes históricas como fonte. In PINSKY, Carla Bassanezi (org). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

LE GOFF, Jacques. História. In: Enciclopédia Einaudi. **Memória-História**. Portugal: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1984.

LEAL, José. **A imprensa na Paraíba**. João Pessoa/PB. Editora A União, 1962. 85 p.

LOMBARDI, J. C. História e historiografia da educação: atentando para as fontes. In LOMBARDI, José Claudinei & NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (orgs.) **Fontes, história e historiografia da educação**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

MACHADO, Charliton José dos Santos. **Mulher e educação: história, práticas e representações**. João Pessoa: Editora Universitária, 2006.

MANUSEIO. **Dicionário online do Dício**, 28 abr. 2019. Disponível em <<https://www.dicio.com.br/manuseio>>. Acesso em 29 de abr de 2019.

MORAES, C. S. V. **A normatização da pobreza: crianças abandonadas e crianças infratoras**. Revista Brasileira de Educação, ANPED, São Paulo, 2000.

MOURA, Esmeralda Blanco Bolsonaro de. Crianças Operárias na Recém-Industrializada São Paulo. In: PRIORE, Mary Del (Org). **História das Crianças no Brasil**. 4º ed – São Paulo: Contexto, 2004.

PASSETTI, Edson. Criança Carentes e políticas públicas. In: PRIORE, Mary Del (Org). **História das Crianças no Brasil**. 4º ed – São Paulo: Contexto, 2004.

PAZIANI, R. R.; PERINELLI NETO, Humberto. **A linguagem posta à prova do tempo: Carlo Ginzburg e suas contribuições para a História da Educação**. HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, v. 22, p. 114-134, 2018.

PERINE, Marcelo. Mito e filosofia. In: **PHILÓSOPHOS Revista de Filosofia**. Goiânia. v. 7, n. 2, 2002.

PINHEIRO, A. C. F. **A Era das Escolas Rurais Primárias na Paraíba (1935-1960)**. In: VI Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas: História, Sociedade e Educação no Brasil, 2003, Sergipe.

PINHEIRO, A. C. F.; SILVA, Evelyanne Nathaly Cavalcanti de Araújo; BURITY, Luis Mario Dantas. **Grupos Escolares e Escolas Rurais na Paraíba Estadonovista (1937-1945)**. Revista HISTEDBR On-line, v. 13, p. 172-188-188, 2013.

PRIORE, Mary, Del. **História das mulheres no Brasil**. 2. ed. – São Paulo: Contexto, 1997.

RODRIGUES, Adiel Alves. **Panorama de Mamanguape: uma exposição histórica do município**. Recife: COMUNIGRAF, 2008.

RODRIGUES, D. S; FRANÇA, M. P. S. G. S. A. **A pesquisa documental sócio-histórica**. In: MARCONDES, M. I.; TEIXEIRA, E.; OLIVEIRA, I. A. Metodologias e técnicas de pesquisa em educação. Belém: EDUEPA, 2010. p. 55-74.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil (1930-1973)**. 17º Ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1995.

SANTOS, Marco Antônio Cabral dos. Criança e Criminalidade no Início do Século. In: PRIORE, Mary Del (Org). **História das Crianças no Brasil**. 4º ed – São Paulo: Contexto, 2004.

STRECK, Danilo, R. REDIN, Euclides. ZITKOSK, Jaime José. **Dicionário Paulo Freire**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

VENÂNCIO, Renato Pinto. MARCÍLIO, Maria Luiza. História Social da Criança Abandonada. In: **Revista Brasileira de História: Infância e Adolescência**. São Paulo, v 19, n° 37, p.313-316, 1999.

VIEIRA, Carlos Eduardo. História dos Intelectuais: representações, conceitos e teorias. In: Congresso Brasileiro de Educação: **A educação e seus sujeitos**. Goiânia: Editora da Universidade Católica de Goiás, 2006.

FONTES

A FEDERAÇÃO, Orgam do Partindo Republicano (RS). **Centro Agrícola em Pindobal**. In: BNDIGITAL, 1913.

A FEDERAÇÃO, Orgam do Partindo Republicano (RS). **Fundação de um Centro Agrícola**. In: BNDIGITAL, 1913.

A NOITE, Suplemento: Secção de Rotogravura (RJ). **Uma Bella Fundação em João Pessoa na Parahyba**. In: BNDIGITAL, 1931.

A RAZÃO, Independente, Político e Noticioso (CE). **Centro Agrícola de Pindobal**. In: BNDIGITAL, 1929.

CORREIO, da Manhã (RJ). **Foi dado ao nome de João Pessoa ao C. A. de Pindobal**. In: BNDIGITAL, 1930.

CORREIO, da Manhã (RJ). **Os Funeraes de João Pessôa**. In: BNDIGITAL, 1930.

CORREIO, Paulistano (SP). In: BNDIGITAL, 1929.

CORREIO, Paulistano (SP). **O Novo Centro Agrícola Parahyba**. In: BNDIGITAL, 1913.

DIÁRIO, de Pernambuco (PE). **A situação da Parahyba em matéria de ensino**. In: BNDIGITAL, 1936.

DIÁRIO, de Pernambuco (PE). **Centro Agrícola Presidente João Pessoa**. In: BNDIGITAL, 1934.

DIÁRIO, de Pernambuco (PE). **Do Grande Presidente**. In: BNDIGITAL, 1931.

GAZETA, de Notícias (RJ). **Serviços econômicos e comerciais do ministério das relações exteriores**. In: BNDIGITAL, 1929.

MENSAGENS, do Governador da Paraíba para a Assembleia (PB). **O Centro Agrícola de Mamanguape**. In: BNDIGITAL, 1913.

O CAMPO (RJ). **Centro Agrícola de Pindobal na Parahyba**. In: BNDIGITAL, 1930.

O ESTADO (SC). **Agricultura**. In: BNDIGITAL, 1929.

O IMPARCIAL, Diário Ilustrado do Rio de Janeiro (RJ). **Novo Centro Agrícola na Parahyba**. In: BNDIGITAL, 1913.

O JORNAL DO COMMERCIO (AM). **Criação do Aprendizado Agrícola**. In: BNDIGITAL, 1929.

O JORNAL DO COMMERCIO (AM). **Estados reforça sua criação**. In: BNDIGITAL, 1929.

O JORNAL DO COMERCIO (RJ). In: BNDIGITAL, 1929.

O JORNAL (RJ). **Cartas dos Estados: Parahyba (Parahyba do Norte)**. In: BNDIGITAL, 1925.

O JORNAL (RJ). **Criação do Aprendizado Agrícola**. In: BNDIGITAL, 1929.

O MUNICÍPIO (AC). **Centro Agrícola de Pindobal**. In: BNDIGITAL, 1929.

O MUNICÍPIO (AC). In: BNDIGITAL, 1930.

O NORTE (PB). **Uma vida Melhor para os Meninos de Pindobal**, 1953.

O PAIZ (RJ). In: BNDIGITAL, 1929.

O PAIZ (RJ). In: BNDIGITAL, 1930.

RELATÓRIOS, do Ministério da Agricultura (RJ). **Centro Agrícola da Parahyba do Norte: Casa Destinada a Escola**. In: BNDIGITAL, 1914.

RELATÓRIOS, do Ministério da Agricultura (RJ). **Centro Agrícola Mamanguape**. In: BNDIGITAL, 1923.

RELATÓRIOS, do Ministério da Agricultura (RJ). **Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio**. In: BNDIGITAL, 1915.